



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 103

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 246ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO WALMOR DE LUCA — Moção de autoria da Vereadora Erotides Tramontim, de defesa da legalização da União Nacional de Estudantes.

DEPUTADO DANTE DE OLIVEIRA — Transcrição nos Anais de discurso pronunciado pelo Sr. Fidel Castro, por ocasião do XXXI aniversário do assalto ao Moncada.

DEPUTADO JORGE CARONE — Apelo aos Srs. Congressistas no sentido de comparecerem à sessão do Congresso, que apreciará a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/84.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Nota expedida por Governadores nordestinos por ocasião de encontro havido em Fortaleza-CE.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Aniversário de fundação da Legião da Mulher Paraense. Nota publicada na Imprensa paraense, concernente à posição de S. Exª com relação à escolha dos futuros candidatos presidenciais.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Apelo ao Senador Moacyr Dalla, no sentido de que seja esclarecida a possível fraude que teria havido na ata da sessão da votação da "Emenda Dante de Oliveira".

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matérias que menciona.

Aprovação, por decurso de prazo, de matérias que especifica.

1.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Luiz Henrique e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 247ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Decisão a ser tomada pelo Presidente Moacyr Dalla a respeito da inclusão da "Emenda Theodoro Mendes" na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO — Discurso proferido pelo Ministro Délio Jardim de Mattos ao inaugurar o Aeroporto Internacional de Salvador.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Decisão do Presidente Moacyr Dalla concernente à apreciação da "Emenda Theodoro Mendes".

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO, como Líder — Conciliação nacional através da eleição direta para a sucessão do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Homenagem à Primeira Igreja Batista da Penha, em São Paulo, e ao Colégio Ético de Guarulhos.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Solicitando da Mesa esclarecimentos relativos à publicação de documento contendo assinaturas adicionais à "Emenda Theodoro Mendes".

O SR. PRESIDENTE — Resposta à solicitação feita pelo Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Moção aprovada no III Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA, como Líder — Decisão do Presidente Moacyr Dalla concernente à apreciação da "Emenda Theodoro Mendes".

2.2.2. — Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Darcy Passos e acolhida pela Presidência relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 248ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Manutenção, por decurso de prazo, de vetos que especifica.

3.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FERNANDO SANTANNA — Discurso pronunciado pelo Ministro Délio Jardim de Mattos hoje, no Aeroporto Internacional de Salvador.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Pressões emocionais que estaria sofrendo o Senador Moacyr Dalla, em consequência da posição a ser adotada por S. Exª, com relação à Emenda Theodoro Mendes.

DEPUTADO WALMOR DE LUCA — Reivindicação dos Agentes Administrativos da Delegacia do Ministério da Fazenda, em Santa Catarina, que especifica.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY — Requerimento que formulará junto à Mesa da Câmara dos Deputados, solicitando informações à Casa Civil da Presidência da República.

3.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Darcy Passos e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 246ª Sessão Conjunta, em 4 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Frota — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acajaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge —

PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furta-do Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; Júlio Caruso — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Darcy Passos — PMDB; Eduardo

Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Natal Gale — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB, Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS, Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Roraima

Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 165 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero registrar desta tribuna oportuna Moção, de autoria da combativa Vereadora Erotides Tramontim, companheira do PMDB, aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal de Jacinto Machado, cidade que tenho a elevada honra de representar nesta Casa, em favor da gloriosa União Nacional dos Estudantes (UNE), legítima representante do estudantado brasileiro, que a visão obscurantista e reacionária do regime autoritário insiste em manter na ilegalidade.

A UNE, Sr. Presidente, tem uma História carregada de bravura, sempre em favor dos maiores interesses do povo brasileiro, sempre de braços dados com o naciona-

lismo e contra todas as manifestações de imperialismo que sempre buscaram oprimir a Nação brasileira. Basta lembrar a memorável luta travada contra as trevas do nazi-facismo, seu apoio à gloriosa FEB, na memorável defesa do petróleo brasileiro. Quem, de minha geração e das gerações anteriores, não se recorda, com vibração cívica, da campanha "O Petróleo é Nosso", quando todas as forças democráticas e nacionalistas do País foram em defesa da PETROBRÁS e contra a sanha do imperialismo, que já se manifestava naquela época?

A UNE sempre lutou pelo aprimoramento e aperfeiçoamento do ensino superior, pela defesa intransigente dos direitos estudantis, forjadora de lideranças fundamentais para a defesa dos valores mais caros da Nação. Nessa medida, a importante Moção aprovada por aquela progressista cidade do sul do meu Estado, lembra que "em 1964, com a ruptura da ordem constitucional, a UNE passou a clandestinidade, em virtude da Lei nº 4.464, de 3 de novembro de 1964 e, em 1979, com a tentativa de redemocratização do País. Com muita timidez, ainda não se restaurou essa entidade legalmente e para que não se cometa um erro lamentável, propomos o envio dessa Moção ao Congresso Nacional para que se aprove o Projeto nº 3.658/84, de autoria do Deputado Flávio Bierrembach que "restaura a União Nacional dos Estudantes e as União Estaduais de Estudantes, dispondo sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior e dá outras providências".

Sr. Presidente, urge que a UNE seja legalizada. Ela faz parte da História Nacional. Ela encarna o espírito democrático da mocidade nacional. A juventude é a "primavera dos povos", no dizer do poeta. E a juventude brasileira, o estudantado nacional tem na UNE sua mais lídima representante. Para a construção da sociedade democrática, socialista e fraterna que todos desejamos a UNE não pode ficar de fora. Sua legalização é imperativo da consciência democrática Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dante de Oliveira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de pedir a transcrição nos Anais do Congresso Nacional do pronunciamento feito pelo Comandante em Chefe Fidel Castro, 1º-Secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, no ato central do XXXI aniversário do Assalto ao Quartel Moncada, realizado na Cidade de Cienfuegos, em 26 de julho próximo passado, oportunidade em que estavam presentes os Deputados João Hermann Neto, Jackson Barreto, Brandão Monteiro e Dante de Oliveira, a convite da Assembléia Nacional daquele País.

É importante, Sr. Presidente, para que todos os Congressistas e a Nação tome conhecimento desta peça de oratória feita pelo Comandante Fidel Castro que, inclusive, traz dados reais e atuais do atual desenvolvimento econômico, social e político daquele país.

Entendemos também, Sr. Presidente, que um dos pontos principais do seu discurso é quando ele aborda a profunda crise econômica e social que graça na América Central e Latina, a política genocida imposta pelo Fundo Monetário Internacional a esses países, gerando desemprego, fome, miséria, enfim, fazendo um retrato claro, cristalino e real das atuais condições de vida do nosso povo da América Latina.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DANTE DE OLIVEIRA EM SEU DISCURSO

"Discurso pronunciado pelo Comandante em Chefe, Fidel Castro Ruz, Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros no Ato Central do XXXI Aniversário do Assalto ao Moncada, realizado na Cidade de Cienfuegos, em 26 de julho de 1984, ano do XXV Aniversário do Triunfo da Revolução.

(Versões taquigráficas — Conselho de Estado)

"A NOSSA ECONOMIA É DESENVOLVIDA NÃO PARA ENRIQUECER AS EMPRESAS PRIVADAS, MAS PARA O BENEFÍCIO DO POVO E DE TODOS OS TRABALHADORES DO PAÍS."

Companheiro Jerry Rawlings, Presidente do Conselho Provisório da Defesa da República de Gana;

Companheiro Tomás Borge, Presidente da Delegação da Nicarágua;

Companheiro Hermann Axen, Presidente da Delegação da RDA;

Distintos convidados;

Compatriotas de Cienfuegos e de Cuba (Palmas.);

A história de Cienfuegos é rica em fatos e em lutas pela independência da nossa Pátria e pela Revolução. Já desde o início da primeira guerra de independência, em 1868, os patriotas cienfueguenses levantaram-se em armas.

Lembro-me sempre com admiração de um ilustre filho de Cienfuegos, destacado chefe "mambí"*, José González Guerra, não suficientemente lembrado nem conhecido, que travou brilhantes combates contra as forças espanholas nesta região, até cair heroicamente na guerra de 1868.

Foi destacada a participação de Cienfuegos nas nossas lutas de 1895; cruzaram por estas terras as forças invasoras de Antônio Maceo e Máximo Gómez e, nestas terras, com a participação de cienfueguenses, travaram uma das mais brilhantes e famosas batalhas do nosso Exército Libertador, a batalha do Mal Tempo (Palmas.)

Ao longo da república colonizada e mediatizada, a região de Cienfuegos teve uma participação ativa no movimento operário e nas lutas estudantis. Lembro que nos meus anos de estudante visitei Cienfuegos logo após uma manifestação estudantil de protesto e aqui fui preso pelas forças do exército, acusado de agitador e subversivo, sendo enviado ao Tribunal de Urgência de Santa Clara, onde fui julgado. E quando lutávamos na Sierra Maestra, em condições difíceis, teve lugar o heróico levantamento de Cienfuegos, em 5 de setembro de 1957 (Palmas.) Esse fato representou um estímulo extraordinário para os combatentes da Sierra Maestra, e abalou as estruturas da tirania de Batista.

Em 5 de setembro, como em 26 de julho, a vitória não foi alcançada, mas foi preparado o caminho da vitória (Palmas.) Foi por isso que, quando marchávamos de Oriente para a Capital, nos primeiros dias do mês de janeiro de 1959, desviamos a nossa rota para visitar Cienfuegos. Foi no dia 6 de janeiro de 1959, e já na madrugada do dia 7 eu me reunia com o povo cienfueguense. Era difícil imaginar então que vinte e cinco anos e meio mais tarde iríamos nos reunir para comemorar o aniversário de 26 de julho e fazer uma avaliação da obra da Revolução nesta província. (Palmas.)

Visitei Cienfuegos muitas vezes após o triunfo da Revolução, e acompanhei de perto seu extraordinário desenvolvimento econômico e social. Sempre fiquei impressionado com o entusiasmo, e espírito revolucionário e o espírito de trabalho do povo de Cienfuegos (Palmas.)

(*N.T. Nome dado aos insurretos de Cuba que se rebelaram contra a dominação espanhola)

NESTES 25 ANOS FOI DESENVOLVIDO TODO UM PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DESTA REGIÃO.

Na época do triunfo da Revolução, a economia de Cienfuegos dependia basicamente da produção açucareira e, além disso, só existiam nesta província algumas poucas indústrias de natureza praticamente artesanal.

Nestes 25 anos foi desenvolvido todo um programa de industrialização desta região. Lembro-me da primeira indústria inaugurada pela Revolução, por iniciativa de Che Guevara (palmas), a fábrica de motores Diesel e de compressores. Não era uma fábrica muito grande, seu mérito reside em ter sido a primeira a ser construída pela Revolução em Cienfuegos. Depois veio a fábrica de fertilizantes nitrogenados, nesse caso já se tratava de uma grande indústria, a maior de Cuba, com uma capacidade de produção de mais de 400.000 toneladas por ano; vieram depois outras fábricas, também importantes: a fábrica de cimento, com capacidade de 1 milhão e 650 toneladas, a maior de Cuba, construída com a colaboração da RDA (palmas); a fábrica de Elementos de Irrigação por Aspersão, construída com a colaboração da República da Bulgária (palmas); a indústria Elétrica, constituída por quatro unidades, com capacidade total de mais de 400.000 quilowatts, a fábrica de glicose, a fábrica de farinha de trigo, a fábrica de rações para animais, a nova usina açucareira 5 de setembro, com capacidade de 650.000 arrobas diárias (palmas); a fábrica de queijos e sorvetes, a engarrafadora de água mineral Ciego Montero, cujos produtos, por sua qualidade, são conhecidos em todo o País; o frigorífico agropecuário, o terminal de açúcar a granel, de onde é embarcada a produção açucareira da zona central do País; o complexo pesqueiro-industrial, a indústria para pré-fabricação de moradias Gran Panel 4, a indústria Gran Panel 6 e a indústria IMS iugoslava (Palmas.)

Acrescentam-se a estas muitas outras indústrias tais como as de lavagem de areia, trituradoras de pedra, fábrica de ladrilhos, fábrica de blocos de concreto, subestações elétricas, e outras, até atingir o número de 52 obras industriais construídas pela Revolução na província de Cienfuegos (Palmas.)

Foram construídas, além disso, 17 obras portuárias, 17 obras rodoviárias, represas, sistemas de irrigação, usinas para tratamento de água, 92 obras agropecuárias, 49 obras educacionais, entre as quais as instalações para a escola de Ciências Médicas, já em funcionamento (palmas); a escola pedagógica, o instituto politécnico eletrônuclear, o politécnico da saúde, a escola de ensino profissionalizante "Camilo Cienfuegos" (palmas), dezenas de institutos pré-universitários, escolas tecnológicas, ginásios básicos e outros — esse número de obras educacionais não inclui os jardins da infância nem as escolas especiais construídas nestes anos —; 41 obras para a saúde, entre elas o moderno hospital clínico-cirúrgico da cidade de Cienfuegos, com 650 leitos (palmas), hospitais serranos, policlínicas, clínicas estomatológicas, etc. Em conjunto, foram investidos 1.116 milhões de pesos em obras econômicas e sociais, o que não inclui as obras realizadas pelo Poder Popular da província.

Atualmente estão sendo executadas obras econômicas, e sociais no valor de 1.200 milhões de pesos. (Palmas.)

Estão sendo construídas em Cienfuegos, atualmente, duas obras gigantes e de grande importância para o nosso País: a usina eletrônuclear, a primeira a ser construída em nosso País e na área da América Central e da Bacia do Caribe (palmas), a qual constará de quatro reatores com capacidade de 417.000 quilowatts cada um; isto é, que cada um desses reatores terá uma capacidade maior do que toda a indústria elétrica existente em Cuba em 1959, na época do triunfo da Revolução. (Palmas.) Atualmente estão sendo desenvolvidas as duas primeiras unidades.

Essa obra colossal requer escavações em rocha de milhões de metros cúbicos, centenas de milhares de metros

cúbicos de cimento "in situ", dezenas de milhares de toneladas de aço. A obra foi projetada e está sendo construída com toda segurança. Está projetada contra abalos sísmicos, já que, embora estes não sejam frequentes e quase não possam ser percebidos, a zona de Cienfuegos está dentro das áreas sísmicas do País. Essa usina eletrônuclear, contudo, está sendo construída com capacidade para resistir a um grande sismo.

Está protegida contra a eventualidade, que segundo se diz ocorre ou poderia ocorrer a cada 10.000 anos, de que uma grande onda marítima de 30 metros de altura chegasse até as nossas costas. Não sei exatamente como poderia se produzir uma onda semelhante, se por causa de um ciclone, coisa que considero difícil, ou talvez devido a uma explosão vulcânica de uma ilha do Caribe. O caso é que os cientistas dizem que essa possibilidade teórica existe como provável uma vez a cada dez mil anos e a usina eletrônuclear está sendo construída levando em consideração essa possibilidade teórica.

Está protegida, ainda, para o inverossímil caso de que se produzisse um acidente aéreo; que um grande avião moderno de propulsão a jato se chocasse contra um dos reatores; em outras palavras, todos os riscos em teoria estão prevenidos, e isso exige, naturalmente, maiores quantidades de cimento, e maiores quantidades de aço.

Nesta obra trabalham atualmente 5.500 operários da construção, 188 assessores soviéticos (palmas), e a brigada búlgara à qual os búlgaros deram o meu nome antes do triunfo da Revolução (palmas), como um gesto de simpatia do povo búlgaro pelas nossas lutas, quando a vitória parecia muito distante, e que está constituída em Cuba por 82 trabalhadores búlgaros como lembrança dos 82 expedicionários do Granma. (Palmas.)

Essa usina eletrônuclear requer uma nova cidade com 4.500 unidades habitacionais que já estão sendo construídas. Quando a usina estiver terminada será necessária uma outra instalação muito importante cuja construção será iniciada no futuro. Trata-se de um hidroacumulador. O que é um hidroacumulador? É um reservatório, uma obra hidrelétrica que contém turbinas para gerar eletricidade através de energia hidráulica. Como essas usinas nucleares não são como as termelétricas, que podem ser colocadas em funcionamento ou desligadas em qualquer momento, e precisam trabalhar as 24 horas do dia ao longo do ano, em determinados momentos produzem um excedente de eletricidade. Pois bem, nesse hidroacumulador, os motores bombeiam água para cima quando sobra eletricidade, e produzem eletricidade com essa mesma água quando se produz o momento da demanda máxima. É uma obra decorrente que será construída na zona do Escambray. (Palmas.)

Para se ter uma idéia da importância econômica dessa indústria, basta assinalar que cada reator poupa 600.000 toneladas de petróleo por ano, e que quando estiverem prontas as quatro unidades serão poupadas 2.400.000 toneladas de petróleo, cujo custo, ao preço atual, é de aproximadamente 500 milhões de dólares. Essa seria a economia em petróleo todos os anos. (Palmas.) Dezenas de engenheiros e de técnicos de nível médio estão sendo treinados em Cuba e no exterior desde há alguns anos para trabalharem nessa indústria.

● UM OUTRO GIGANTE QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO EM CIENFUEGOS É A NOVA REFINARIA DE PETRÓLEO, COM CAPACIDADE PARA REFINAR 6.000.000 DE TONELADAS AO ANO.

Um outro gigante que está sendo construído em Cienfuegos é a nova refinaria de petróleo (palmas), com capacidade para refinar 6.000.000 de toneladas ao ano e produzir, ainda, 200.000 toneladas de óleos básicos para lubrificantes. Na construção dessa obra trabalham 4.300 construtores cubanos e 122 assessores soviéticos. (Palmas.)

É para ela que está sendo construída também uma grande usina purificadora de água, a fim de evitar o despejo de substâncias residuais no mar. É uma usina gran-

de e dispendiosa que, não obstante, devemos construir ao lado desta e de muitas outras indústrias para preservar a pureza das nossas águas e do meio ambiente, porque o sucesso completo deste grande desenvolvimento industrial de Cienfuegos será medido um dia pela nossa capacidade de manter suficientemente limpas as águas desta baía, para poder continuar a produzir os excelentes camarões que são pescados nesta baía. (Palmas.)

Nessas duas obras, cujo número de trabalhadores aumenta a cada ano, participam construtores de todas as províncias do País, fundamentalmente das províncias orientais. (Palmas.)

Faz aproximadamente um ano, foram melhoradas as condições de vida destas duas brigadas: receberam uniformes para o trabalho, de bom tecido e bom modelo; botas especiais, foram aumentadas as provisões alimentícias tanto em quantidade como em qualidade, e foram equipadas com dezenas de ônibus para seu transporte nos períodos de folga, já que muitos desses operários viajavam até o Oriente em caminhões. Aplicou-se para eles e para os construtores de Moa uma política de especial atenção, considerando o grande esforço que essas obras exigem; e os operários responderam a essas atenções incrementando consideravelmente sua produção e sua produtividade (Palmas). Essas duas obras vitais foram construídas com créditos e colaboração da União Soviética. (Palmas)

O programa de investimentos inclui muitas outras obras, como a modernização do porto, a ampliação da fábrica "Damuji", o Instituto Superior Técnico e outras instalações econômicas e sociais (Palmas).

Devo apontar que, além das obras mencionadas até agora, foram construídas em Cienfuegos novas zonas residenciais, milhares de unidades habitacionais, adutoras, esgotos, instalações esportivas, como o moderno estádio de Cienfuegos, construído com a colaboração das massas (Palmas), hotéis para turismo e centros recreativos, etc.

Não houve somente o desenvolvimento industrial; paralelamente houve um desenvolvimento social, porque em outros países, nos países capitalistas do Terceiro Mundo, as multinacionais e o capital privado investem em fábricas e não constroem uma única casa para os trabalhadores, não constroem um único centro recreativo, não constroem uma só escola, não constroem um só hospital. É por isso que algumas vezes há crescimento da economia, mas não há desenvolvimento verdadeiro.

Nossa concepção socialista, de maneira diversa da capitalista, presta-se especial atenção ao homem e ao desenvolvimento social, já que a economia existe e é desenvolvida não para enriquecer as empresas privadas, mas para o benefício do povo e de todos os trabalhadores do País (Palmas).

Essas obras foram construídas por empresas cubanas. Antes da revolução não existiam em Cuba empresas de construção industrial. Antigamente, quando se realizava uma obra de certa complexidade, inclusive uma usina açucareira, vinham empresas norte-americanas para construí-las; e todas as novas indústrias em Cienfuegos e em Cuba foram construídas por empresas cubanas (Palmas). Essas obras não pertencem a nenhuma multinacional, nem pertence a nenhuma empresa privada; pertencem ao povo, e estão totalmente a serviço do povo (Palmas).

Como consequência deste impetuoso desenvolvimento econômico e social, a produção mercantil da província de Cienfuegos atingiu, no ano de 1983, o montante de 614 milhões de pesos; atualmente pode se dizer que a produção dos trabalhadores de Cienfuegos na esfera econômica chega a aproximadamente 2.000 pesos por cada habitante da província (Palmas). O nível de emprego aumentou 40% nos últimos sete anos. O salário médio dos trabalhadores de Cienfuegos é hoje em dia um dos mais elevados do País, e de 556 pesos, que era a renda per capita província em 1975, elevou-se a 1.056 pesos em 1983 (Palmas).

ESTE ANO CIENFUEGOS REALIZOU A MAIOR SAFRA DE TODA A SUA HISTÓRIA, CHEGANDO A 643.800 TONELADAS, 58% A MAIS DA SAFRA MAIS ALTA OBTIDA PELOS CAPITALISTAS.

Este ano Cienfuegos realizou a maior safra de toda a sua história, chegando a 643.800 toneladas, 58% a mais da safra mais alta obtida pelos capitalistas (Palmas). Quase 60% da colheita esta mecanizada: esta colheita foi efetuada com 30% dos cortadores de cana que se empregavam em 1970, o que dá uma idéia do incremento da produtividade do trabalho em nossas colheitas de cana.

Cienfuegos foi, ainda, a primeira província do País que reduziu a zero o consumo de petróleo na produção de petróleo cru, desde a safra 1979/1980 (Palmas), e tem mantido esse índice nos últimos quatro anos. Foi pioneira desse movimento que foi estendido a todo o País e que em pouco tempo reduziu o consumo de petróleo na produção de petróleo cru, de meio milhão de toneladas por ano a quase zero.

Na agricultura, Cienfuegos multiplicou várias vezes suas produções de legumes, hortaliças, cítricos, frutas, café; incrementou notavelmente a produção de leite, carne de porco, de ave; multiplicou várias vezes a produção de peixe. Não podemos falar de outros itens porque não produzíamos fertilizantes, antigamente não se produzia glicose, por exemplo.

A capacidade de produção de energia elétrica de Cienfuegos — e não estou incluindo a nuclear — é atualmente 30 vezes a produção que existia antes da Revolução.

Na área da saúde, de 14 instituições ou centros de saúde que existiam antes da Revolução, Cienfuegos tem hoje 68; o número de leitos hospitalares multiplicou-se 4,7 vezes; o número de médicos que era de 92, dedicados em sua maioria às consultas privadas, já que a saúde pública quase não existia no território desta província, elevou-se a 499 exercendo atualmente em Cienfuegos (Palmas); 44% deles são especialistas, com mais de 20 especializações, muitas das quais não existiam antes da Revolução.

Na Faculdade de Ciências Médicas criada pela Revolução, há atualmente 497 estudantes (Palmas), e esse número continua em aumento. Isto é, Cienfuegos já produz seus próprios médicos e especialistas.

O número de estomatologistas, que era de 36, elevou-se a 139, e o número de enfermeiras e pessoal paramédico passou de poucas dezenas para 2.453 e mais de 1.200 alunos estudando no Politécnico da Saúde. Isso é progresso, isso é desenvolvimento econômico e social (Palmas).

O índice de mortalidade infantil, no primeiro semestre de 1984 — e como resultado de um excelente trabalho —, foi reduzido a 11,8 por cada 1.000 nascidos vivos, que é tão alto quanto o dos países mais desenvolvidos.

No que diz respeito à saúde pública, desejo frisar que antes da Revolução o orçamento de toda Cuba só chegava a 20 milhões de pesos; hoje em dia, somente a província de Cienfuegos, que representa 3,4% da população do País, tem um orçamento de 22 milhões de pesos (Palmas).

Na educação, Cienfuegos passou de 9 centros de ensino médio com 1.900 alunos antes da Revolução para 64, com 35.275 estudantes que os freqüentam atualmente (Palmas).

Cienfuegos não contava com centros universitários, atualmente tem 4 com quase 4.000 estudantes matriculados. O número de alunos de nível médio e superior já é similar ao número de alunos do 1º grau. Cienfuegos foi a primeira província onde os trabalhadores conseguiram chegar à 6ª série (Palmas); e agora, na batalha por alcançar a 9ª série, já foram aprovados 50% dos trabalhadores programados, e empenham-se em alcançar sua meta para o III Congresso do Partido (Palmas).

Antes da Revolução não existia um único jardim da infância em Cienfuegos, atualmente há 24; não existia uma única escola especial para excepcionais, hoje existem 13 (Palmas).

Na área da cultura, existiam em Cienfuegos uma pequena biblioteca, dois teatros, e dez cinemas; hoje, Cienfuegos conta com 19 bibliotecas, 9 museus, 27 cinemas, 42 grupos profissionais de arte e 1.585 grupos de amadores (Palmas).

Nos esportes somente 6 modalidades eram praticadas em algumas poucas instalações; atualmente praticam-se 29 em 333 instalações, atendidas por 309 técnicos de educação física e esportes. Essa categoria não existia antes da Revolução (Palmas). Não admira que muitos atletas de Cienfuegos tenham alcançado prestígio e renome nacional.

Esta é a obra da Revolução em Cienfuegos (Palmas). Talvez os dados possam parecer por demais numerosos, mas eles refletem somente uma parte dessa obra. Sentimos grande orgulho pela obra da Revolução em Cienfuegos e damos os nossos mais calorosos parabéns ao companheiro Humberto Miguel, Primeiro-Secretário do Partido, a todos os companheiros do Partido, do Poder Popular e ao povo de Cienfuegos por estes resultados (Palmas).

• MAS CIENFUEGOS NÃO É SOMENTE UM EXEMPLO DE DESENVOLVIMENTO, É UM ESPELHO DA OBRA DA REVOLUÇÃO EM TODO O PAÍS.

Mas Cienfuegos não é somente um exemplo de desenvolvimento, é um espelho da obra da Revolução em todo o País. Todas as capitais das províncias e também o campo foram transformados. Praticamente todas as províncias contam com suas próprias escolas de ensino profissionalizante, de 2º grau, pré-universitários, tecnológicas, pedagógicas, de professores de educação física, esportivas, militares de ensino profissionalizante, etc. Quando, excepcionalmente, algumas das novas províncias não contam com algum destes tipos de escolas, os jovens matriculam-se nas escolas da província mais próxima. Todas as províncias contam com faculdades de medicina e com centros universitários que chegam a 42 em todo o País. Algumas têm mais do que outras, algumas iniciaram já a construção de suas escolas de arte, mas isso ainda não foi possível em Cienfuegos; não há nem mesmo escolas de ensino profissionalizante de 1º e 2º graus, já existentes em quase todas as outras cidades, razão pela qual os alunos de Cienfuegos precisam ir até Villa Clara. Isso é devido ao fato de que quando essas escolas foram concebidas somente existiam 6 províncias e as escolas já estavam construídas nas mesmas, somente sendo possível, portanto, dividir a de Santiago e Guantánamo para se fazer duas escolas de 2.500 alunos cada uma.

Com isto desejo expressar que em outras províncias já existem muitas coisas que Cienfuegos ainda não possui, o que dá uma idéia do grande esforço desenvolvido em todo o País, já que o capitalismo nos deixou numa situação de grande desigualdade, não só desigualdade social, mas também desigualdade por regiões; havia, portanto, regiões mais industrializadas do que outras, e regiões que não possuíam indústria alguma, desenvolvimento nenhum, regiões com receita muito inferior à de outras, e esse problema ainda não foi totalmente superado, apesar de trabalharmos arduamente nesse sentido.

A renda per capita das províncias orientais, por exemplo, é inferior à das ocidentais, e tentamos fazer o máximo esforço pelo desenvolvimento industrial e agrícola daquelas províncias; mas não é possível mudar em poucos anos a herança de séculos. Contudo, em cada plano, em cada quinquênio, um esforço é feito para desenvolver essas províncias mais atrasadas economicamente, e o que realmente podemos dizer com satisfação é que a renda e

o nível de vida dessas províncias estão sendo elevados progressivamente a cada ano e estão chegando perto daqueles das províncias mais avançadas.

Em praticamente todas as províncias estão sendo construídos grandes obras industriais, mas nem sempre podemos construir onde desejamos; algumas vezes a matéria-prima, como o níquel, por exemplo, exige que uma usina seja construída num determinado lugar, ou então, as pedreiras de matéria-prima para o cimento determinam o lugar onde será construída uma usina. Entretanto, há fábricas que podem ser localizadas em qualquer lugar, mas infelizmente, muitas delas de grande importância, exigem a proximidade do porto ou de determinadas matérias-primas e não podem ser construídas aleatoriamente. Não obstante, a Revolução preocupa-se muito com isto, e todas as províncias contam, pelo menos, com os serviços fundamentais: todas têm seu sistema hospitalar completo, todas as províncias têm seu sistema educacional completo, seu desenvolvimento cultural, seu desenvolvimento esportivo.

Há algumas províncias muito mais produtivas do que outras, gerando conseqüentemente mais receita do que outras, mas a Revolução redistribui a renda para o desenvolvimento e os serviços sociais de todas as províncias. Já posso ver agora que os cienfueguenses têm uma alta produção, 2.000 pesos per capita, como mencionei antes. Isto significa que Cienfuegos já está contribuindo para o desenvolvimento de outras províncias do País. (Palmas.)

Em Moa está sendo construída mais uma indústria gigante; a fábrica de níquel de Punta Gorda, com capacidade de 30.000 toneladas por ano; tem também suas indústrias mecânicas e outras correlatas. Já foi iniciada a construção de mais uma usina de capacidade similar.

Em Santiago de Cuba, no ano passado nesta data, foi inaugurada a fábrica têxtil, de 80 milhões de metros quadrados, que já está em funcionamento. Anteriormente tinha sido inaugurada outra em Santa Clara, com 60 milhões de m².

Na parte norte de Oriente foi iniciada a construção de uma nova termoeletrica, e a usina de produtos derivados da cana-de-açúcar já está produzindo acima de sua capacidade projetada.

A nova indústria de garrafas de Tunas já está dando uma contribuição importante para esta área de produção.

Em Camagüey trabalha-se intensivamente na indústria mecânica, na nova fábrica de cerveja e na termoeletrica de Nuevitas; o porto dessa cidade está sendo desenvolvido e modernizado.

Em Ciego de Ávila foi inaugurado recentemente um grande complexo de cítricos. Em Sancti Spiritus, a nova fábrica de pasta e papel com base no bagaço da cana, que é uma indústria grande e muito importante para o País, já iniciou sua produção; breve será inaugurado seu hospital clínico-cirúrgico similar ao de Cienfuegos.

Em Santa Clara está sendo ampliada a indústria mecânica, que tem conseguido um desenvolvimento notável.

Em Matanzas está sendo construída uma grande termoeletrica, com capacidade de mais de 300.000 quilowatts; está sendo iniciada a construção do porto de superpetroleiros e, no segundo semestre deste ano, dar-se-á início à construção de um grupo de hotéis para turismo em Varadero, de um aeroporto internacional e de uma auto-estrada.

Em Havana está sendo construída a termelétrica do Leste, que terá capacidade de 1 milhão e 200.000 quilowatts, com consumo muito inferior de combustível se comparado ao de algumas usinas elétricas antigas, situadas no meio da cidade e que, além de serem grandes consumidoras de combustíveis, são altamente poluentes. Está sendo consideravelmente ampliada a usina siderúrgica "Antillana de Acero". O hospital "Hermanos Ameijeiras", inaugurado há pouco tempo, já ganhou destaque e prestígio internacionais.

Centenas de obras econômicas e sociais estão sendo construídas em todo o País. (Palmas.)

Está sendo intensificada a prospecção de jazidas minerais, assim como a exploração petroleira; a produção de petróleo está sendo incrementada no País, está sendo ampliada a plantação de bosques, atingindo, no ano passado, a marca recorde de mais de 140 milhões de árvores plantadas num ano. A construção da auto-estrada nacional e a reconstrução e modernização da estrada de ferro central continuam avançando.

O trabalho do nosso povo está produzindo seus frutos.

● **A PRODUÇÃO MERCANTIL, QUE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1983 TINHA AUMENTADO 4,4%, CRESCER 9,9% EM IGUAL PERÍODO EM 1984.**

A produção mercantil, que no primeiro semestre de 1983 tinha aumentado 4,4%, cresceu 9,9% em igual período em 1984. A indústria cresceu 8,8%, a agricultura teve um crescimento de 6,4%, na área dos transportes o crescimento foi de 7,7% e de 19,8% na da construção. (Palmas.) O mais importante é o seguinte: este incremento foi basicamente conseguido com um aumento da produtividade da ordem de 7%, o que equivale a uma produção que teria precisado de 127 mil novos trabalhadores.

Vocês, como construtores da usina eletrônica e da refinaria de Cienfuegos, têm parte importante nesse crescimento de 19,8%. (Palmas.)

Praticamente cresceram todos os setores. Foram poupadamente importantes quantidades de combustíveis e de matérias-primas.

A Indústria Açucareira elevou sua produção a nível nacional em aproximadamente um milhão de toneladas, atingindo uma produção de 8,2 milhões, sendo esta uma das três maiores safras já realizadas em Cuba, apesar das dificuldades climáticas, das chuvas incessantes durante todo o período da safra, que afetaram consideravelmente o rendimento do açúcar; desta vez não foram os ciclones de inverno do ano de 1983, mas as chuvas constantes muito acima da média nessa época; caso contrário, a produção açucareira teria sido maior. Toda a cana que estava programada foi cortada, mas a umidade impediu atingir o rendimento previsto. Essa safra foi feita com menos de 80 mil cortadores de cana. Na de 1970 foram empregados 350 mil.

As colheitas de tabaco, de batata e de hortaliças, que foram afetadas consideravelmente em 1983 pelos ventos e as chuvas, recuperaram-se totalmente neste ano, e atingiram resultados satisfatórios.

Não somente na área econômica houve crescimento, também continua o progresso na área social; por exemplo, os índices na área da saúde continuam a melhorar. Um índice muito importante, o da mortalidade infantil, foi de 14 por mil no primeiro semestre. Segundo sei, os meses da primavera são mais complicados devido à chuva, à poluição das águas e ao calor, mas se continuarmos trabalhando nesse sentido — e Cienfuegos é um exemplo, com só 11,8 — será possível diminuir o índice nacional que foi de 16,8 no ano passado. O número de médicos, considerando a última formatura, já ultrapassa 20.500, e 5.500 estudantes selecionados ingressarão nas faculdades de Ciências Médicas no próximo curso a se iniciar em setembro. (Palmas.) É elaborado um programa para cada uma das especializações médicas. Trabalha-se também na elaboração dos novos currículos das faculdades de medicina, partindo das experiências colhidas nas melhores universidades do mundo, e estamos firmes a caminho de nos tornarmos uma potência médica. (Palmas.)

O mesmo ocorre na área da educação: os resultados são melhores a cada ano; a exigência é maior, maior é a

assistência escolar, maiores e melhores resultados. Falei amplamente sobre isso no Dia da Criança, mas, a fim de dar uma idéia dos progressos alcançados nestes anos, desejo assinalar que se, por exemplo, logo após a Revolução, em 1961, somente se formaram 1.500 estudantes no pré-universitário, este ano foram formados 43.000; se vinte anos atrás 11.000 estudantes terminaram o 1º grau, neste ano o número passou para 170.000. (Palmas.) O número de graduados de nível superior no período revolucionário, incluindo a última formatura, chega a 190.000.

A qualidade do ensino universitário e de todos os níveis tem melhorado e deve continuar a melhorar; isso é fundamental, básico, não podemos nos acomodar, ainda temos o mundo pela frente e abismos a serem vencidos.

Acredito ser fundamental, já que conseguimos chegar até onde estamos, planejarmos para longo prazo e prestarmos a maior atenção ao ensino e à utilização das técnicas de computação; para isso é necessário preparar os professores, é necessário começar pelas universidades, caso contrário será impossível administrar qualquer coisa sem a utilização de computadores. Vocês mesmos se perguntam de onde eu tiro tantos dados. É verdade, tenho dados, mas sempre preciso obter informações de muitos companheiros e muitos organismos. Hoje em dia existe a possibilidade de se ter cada cifra atualizada, cada dado, cada setor, cada coisa e de atualizar as informações constantemente através de programas de computação. Não sabemos quanto trabalho seria poupado aos organismos, cada um na sua área, e a mim também seria poupado o trabalho que dou aos mesmos. (Palmas.) Quantos médicos temos? Quantos especialistas? Onde está cada um deles? Quem tem maior experiência em cada área? Engenheiros? Arquitetos? etc. Tudo agora já é contado em centenas de milhares, em milhões: o Partido, seus militantes, as organizações das massas, seus membros.

O desenvolvimento industrial e social requer que obtenhamos ambiciosamente essas técnicas, e também que desenvolvamos a produção dos equipamentos necessários que têm, repito, enorme importância em todos os aspectos.

● **É NECESSÁRIO APERFEIÇOARMOS AS NOSSAS TÉCNICAS DE DIREÇÃO E DE GESTÃO EM TODAS AS ÁREAS.**

Assim mesmo, é necessário aperfeiçoarmos as nossas técnicas de direção e de gestão em todas as áreas; essa é uma ciência em desenvolvimento. Nós temos que obter esses conhecimentos, desenvolvê-los e aplicá-los!

Não é a mesma coisa dirigir um boteco, uma indústria artesanal, que um corpo de trabalhadores da construção com 5.500 indivíduos, ou uma construção gigante como a da CEN, que inclui centenas de itens, milhares de peças e partes. Como é controlada, como é dirigida, como é organizada, como é administrada? Precisa-se de máquinas e de técnicas. Considero isto um ponto muito importante no qual devemos procurar o nosso futuro desenvolvimento.

Outro ponto vital é o desenvolvimento das pesquisas e a aplicação dos avanços da ciência e da técnica. Acredito serem questões prioritárias, não somente para o nosso País, mas para todos os países socialistas, porque o socialismo é novo e tem que competir, tem que lutar com a velha raposa do capitalismo que existe desde há séculos. (Palmas.) Eles não têm as possibilidades que nós temos, devido ao caráter do nosso sistema de planejarmos e realizarmos utilizando todos os recursos, o apoio do povo, das massas, de todos os fatores; mas têm experiência considerável e não negligenciaram a ciência e a técnica, não negligenciaram a computação, e possuem inegáveis e eficazes conhecimentos em matéria de organização, de gestão e de direção. Devemos estar cientes.

Não devemos supor que porque a nossa causa é mais justa, o nosso sistema superior e mais humano em todas as áreas, já somos possuidores de todos os conhecimentos e todas as experiências. Não! Temos avançado, sim, e muito. Desde aquela porcentagem elevada de analfabetos e de semi-analfabetos, estarmos agora lutando pela conquista da 6ª e da 9ª Séries para todos os trabalhadores é, sem dúvida, um avanço, mas começamos muito atrasados, muito atrasados!, e é esse o terreno que devemos ganhar, como ganhamos até agora. Eu parto da convicção de qualquer coisa que nos propusermos será conseguida, será conseguida! (Palmas.)

Quem diria que teríamos uma faculdade de medicina em todas as províncias? E as graduações de 1º grau, de pré-universitários, de técnicos, quem diria? (Palmas.) Mas é necessário continuar avançando, ainda não é suficiente, temos que fazer muito mais, e já podemos fixar metas mais ambiciosas! Falar nisso quando o nível de escolaridade chegava só à 2ª Série era inútil; quando somente havia alguns poucos estudantes universitários, era inútil. Hoje temos, entre cursos regulares e cursos dirigidos de trabalhadores, 222.000; 16.000 professores universitários, 1.000 deles com diploma em ciências. Precisamos desses professores com diplomas em ciências, de professores, pesquisadores e cientistas que dominem as áreas fundamentais do mundo de hoje! É necessário aperfeiçoarmos as nossas técnicas de ensino, e temos que adquirir mais conhecimentos se quisermos estar à altura da época, à altura do desafio lançado entre o socialismo e o capitalismo.

Devemos continuar a aperfeiçoar os nossos métodos de direção da economia. Avançamos muito nesse terreno nos últimos anos. A educação é fundamental nisso tudo. Não devemos adormecer sobre os louros da vitória, não devemos ficar acostumados com as cifras de um ano e as cifras do outro como se não tivessem importância, é necessário sabermos a cada ano o quanto melhoramos em qualidade.

E isto não envolve absolutamente uma crítica ao nosso Ministério da Educação. Esse Ministério está de parabéns pelo trabalho tenaz, excelente e eficiente que realiza e pelas metas que tem alcançado. (Palmas.) Isto está dirigido aos mestres e professores; é uma exortação, um estímulo para se superarem e melhorarem cada vez mais o seu trabalho.

Voltando ao assunto que comentava, sobre os progressos do País, é preciso dizer também que na área dos centros de pesquisas — e temos mais de 100 — e das empresas projetistas houve grandes avanços. É preciso dar a máxima atenção a essas instituições e ao seu desenvolvimento. Temos trabalhado nisso sistematicamente nos últimos anos. É muito importante.

Felizmente, muitos dos projetos para construções industriais já são feitos aqui, e os projetos de construção de grande diversidade de obras econômicas e sociais são feitos pelos nossos técnicos. Há milhares de trabalhadores elevando o nível das empresas projetistas; há milhares nos centros de pesquisas. Essas instituições, repito, devem receber toda a atenção que merecem, uma a uma! São decisivas.

Nas outras áreas... Bem, o que dizer do esporte? Também ganhamos medalhas, temos feito progressos. Quem duvida? Mas ainda precisamos nos esforçar mais. Não podemos adormecer sobre os louros da vitória.

E, aproveitando com a máxima eficiência as escolas de iniciação esportiva, as instalações que foram criadas, os milhares de professores de educação física de nível médio e superior que foram formados, propomos novos avanços no esporte.

Avançamos também consideravelmente na área da cultura, mas igualmente precisamos fazer maiores esforços. A Revolução ainda não pôde dedicar todos os recursos necessários para ter uma escola de arte, por exem-

plo, em cada província, e uma de ensino profissionalizante. Existem coisas que são necessárias, como dizíamos, mas que não podemos ter imediatamente; mas essa é também uma área importante na que temos conseguido avançar.

Estamos avançando na área do lazer: os centros de "camping" constituem um sucesso, continuam a crescer, desenvolvem-se com recursos modestos e abrem perspectivas para que um grande número de pessoas possa participar desses lugares de descanso durante seus períodos de férias.

• **O PAÍS AVANÇOU. E ESTAS CONQUISTAS QUE APONTAMOS TÊM O MÉRITO DE TEREM SIDO OBTIDAS NUM MOMENTO DE PROFUNDA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL.**

O País avançou. E estas conquistas que apontamos têm o mérito de terem sido obtidas num momento de profunda crise econômica mundial, e num momento em que o preço do açúcar diminuiu para 4,4 centavos, infelizmente; com uma média, no ano passado, de 8,5, chega agora a 4,4.

Eu gostaria que os nossos compatriotas meditassem sobre o que significa um preço de 4,4. Considerando o atual poder aquisitivo do dólar, esse preço equivale ao de meio centavo, que tinha em 1932, na época da maior crise econômica mundial que se conhecia até agora. Foi a pior época de fome conhecida por nosso País, coincidindo com aquele governo do Machado. É esse o equivalente do atual preço do açúcar.

Qual seria a situação do nosso País sem a Revolução? Sem o sistema socialista, sem a distribuição equitativa, sem os vínculos econômicos que o nosso País criou com a comunidade socialista? Como seria? (Palmas.) Podemos valorizar assim o que significa para nós termos preços justos garantidos para a maior parte das nossas exportações, preços justos para as importações, créditos a longo prazo para o desenvolvimento e facilidade de todo tipo. O que seria do nosso País hoje com 10 milhões de habitantes e um preço mundial do açúcar equivalente ao de 1932 e uma cota modesta nos mercados? É claro que isso acarreta dificuldades, mas em condições bastante diferentes se analisarmos o panorama do nosso País e o compararmos com o resto do mundo.

É por isso que quando os imperialistas dizem que se desejamos viver em paz devemos romper os vínculos que nos unem à comunidade socialista, nós dizemos: esses vínculos jamais serão rompidos! (Palmas.) Não somente por uma questão de princípios, isso em primeiro lugar, mas por uma questão de gratidão elementar, e ainda porque esses vínculos têm sido fundamentais para o nosso desenvolvimento sócio-econômico nestes anos e são decisivos para o nosso futuro desenvolvimento.

Já estamos trabalhando, e temos adiantado muito, na elaboração do próximo Plano Quinquenal; avançamos também na elaboração do Plano Perspectivo até o ano 2000. Temos as idéias fundamentais das áreas que serão desenvolvidas nestes anos: qual será o desenvolvimento econômico e social, quantas indústrias teremos, quanto será investido na agricultura, quanto na mineração, quanto no transporte, quanto em hospitais, escolas etc.

Estamos trocando idéias sobre os nossos planos de cooperação com os países socialistas. Existe agora uma experiência muito maior em todos os nossos quadros, em todos os nossos ministérios e nos nossos organismos de planejamento; essa experiência tem que ser bem utilizada; é por isso que tentamos fazer as coisas cada vez melhor e temos menos justificativas se as fizermos mal.

Mas então, o que está acontecendo, por exemplo, no Terceiro Mundo, o que está acontecendo na América Latina, qual é a situação? Em 1983, a economia da América Latina sofreu um decréscimo de 3,3%; havia decrescido também em 1982. As importações da América

Latina diminuíram 20% em 1982 e 29% em 1983; isto é, em dois anos diminuíram mais de 40%. Imaginem as restrições que isso implica para a economia desses países e as consequências, as privações, a miséria. E os organismos internacionais de crédito, controlados pelo imperialismo, exigem mais privações, maior desemprego, menos despesas: menos despesas em escolas, menos despesas em hospitais, menos subsídios para os alimentos; é por isso que foram criados problemas tão sérios.

A nossa vizinha, Santo Domingo, teve nos meses recentes uma explosão social, consequência das medidas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional. a moeda foi desvalorizada, os preços foram duplicados ou triplicados, e isso representou um golpe tão forte para a economia popular que praticamente produziu uma explosão, uma insurreição das massas; mais de 50 mortos! Há quem diga que as vítimas da repressão foram mais de 100. Quando se chega a esse ponto, põem-se os soldados e a polícia nas ruas disparando contra o povo. É esse o sistema capitalista, o método capitalista e imperialista. Mas não se diz uma só palavra. Dezenas de pessoas foram lá massacradas. Os monopólios da informação quase não falaram nisso, ficaram caladinhos; consequências das medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. É por isso que muitos governos da América Latina estão revoltados contra o Fundo Monetário, encontram-se obrigados a negociar com essa instituição que estabelece leis draconianas para conceder empréstimos e recursos nessa situação de crise. É por isso que o Fundo Monetário Internacional ganhou uma fama tão má, é por isso que existe essa denúncia, esse protesto por parte de todos os países do Terceiro Mundo contra essa instituição. Mas é preciso imaginar o que essa restrição de 40% nas importações nesses 2 anos representa para países que já tinham muitos problemas de desemprego; aproximadamente 40% da força ativa de trabalho dos países da América Latina estão desocupadas ou subempregadas; a situação sanitária, educacional etc., é bem conhecida por nós, assim como as favelas, a pobreza, os índices de mortalidade infantil etc.

• **A QUE SE DEVE ESTA CRISE? AO INTERCÂMBIO DESIGUAL: OS PRODUTOS IMPORTADOS TÊM QUE SER PAGOS CADA VEZ MAIS CARO E OS EXPORTADORES TÊM QUE SER VENDIDOS CADA VEZ MAIS BARATO; CONDIÇÕES IMPOSTAS AO TERCEIRO MUNDO PELOS PAÍSES CAPITALISTAS DESENVOLVIDOS.**

A que se deve esta crise? Ao intercâmbio desigual: os produtos importados têm que ser pagos cada vez mais caros e os exportados têm que ser vendidos cada vez mais barato; condições impostas ao Terceiro Mundo pelos países capitalistas desenvolvidos; com cada artigo que vem de lá é necessário pagar seus altos salários, suas tecnologias, seus esbanjamentos e despesas militares etc., cada vez se compra menos com aquilo que se vende. São as medidas protecionistas dos países industrializados que dificultam o comércio dos países do Terceiro Mundo; a enorme dívida externa; as elevadíssimas taxas de juros; a exploração das empresas multinacionais e de capital estrangeiro; a fuga de capitais, além dos fatores organizacionais, administrativos e, em muitos casos, de corrupção, ao que é acrescentado a crise econômica internacional.

É por isso que podemos encontrar pontos de comparação. Estou falando da América Latina em conjunto; alguns mais, outros menos. Assim, por exemplo, o que aconteceu nos anos de 1981, 1982, 1983, anos de crise? Somando os três anos no conjunto da América Latina e levando em conta que houve um pequeno crescimento

em 1981 e um decréscimo em 1982 e 1983, vemos que o resultado desse triênio é um decréscimo de 3,2 por cento na economia; enquanto que a dos Estados Unidos, nesse mesmo triênio, tinha crescido um pouquinho em 1981, caído em 1982 e crescido novamente em 1983, em conjunto, nesses três anos, teve um crescimento de 3,5 por cento. Nesse mesmo período, 1981, 1982 e 1983, a Europa Ocidental cresceu só 1,3 por cento em conjunto. No mesmo período de três anos, 1981, 1982 e 1983, o produto social global de Cuba cresceu 21 por cento, cresceu todos os anos e, em conjunto, teve um crescimento de 21 por cento (Palmas).

É essa a realidade, são esses os números. Poderão fechar os olhos para ela, poderão esperar, gritar e distorcer os fatos, porque existe nos Estados Unidos uma série de especialistas oficiais em análise da economia de Cuba que negam tudo: as cifras, os dados, o que vocês podem ver aqui em Cienfuegos, para citar só um exemplo; mas, apesar disso, essa é a realidade graças às nossas relações com o mundo socialista e apesar da crise, que naturalmente nos afeta, porque não é a mesma coisa um preço de 4 centavos no mercado mundial açucareiro que um preço de 15 centavos pelo açúcar que exportamos para esse mercado. A situação é essa.

A América Latina deve 350.000 milhões de dólares. Cada ponto que aumenta a taxa de juros representa de dois a três bilhões de dólares a mais que têm que ser pagos. Uma simples mudança da taxa de juros, já que muitos dos créditos obtidos nos bancos estrangeiros foram contratados com taxas de juros variáveis, não fixas. A CEPAL, que é um organismo das Nações Unidas para a América Latina declarou que esta crise da América Latina é a mais grave nos últimos 50 anos. Eu acredito que há 50 anos não podiam estar pior, porque então não deviam o que devem hoje, 350 bilhões.

Nós acreditamos que se trata de uma crise do sistema econômico e social imposto pelo imperialismo à América Latina. É isso o que na realidade acontece. O que podem prometer para o futuro? O quê?

Algumas vezes se fala de democracia. O imperialismo americano fala de democracia na América Latina. Que diabo de democracia é essa? A democracia dos famintos, dos explorados, dos doentes, dos ignorantes, dos povos onde as mulheres têm que se prostituir para viver e as crianças têm que pedir esmola; onde o jogo e as drogas são incrementados constantemente, onde surge um chamado governo democrata representativo que é como uma estrela fugaz e não resolve nem pode resolver problema algum. Depois vêm as ditaduras militares de direita: assassinam, torturam, matam, fazem desaparecer, e tudo isso foi ensinado pelo imperialismo. as técnicas de como torturar bem, de como fazer desaparecer as pessoas, como semear o terror. Falam em democracia quando o que realmente querem dizer é capitalismo puro, quando o que querem dizer é domínio dos monopólios, exploração dos povos pelos monopólios, pelas oligarquias, pelos capitalistas. É isso o que oferecem, é isso que chamam de democracia: sistema de fome, de miséria, de subdesenvolvimento, além da exploração através das empresas multinacionais, exploração através do intercâmbio desigual. É isso que chamam de democracia. E o que solucionam? O que têm solucionado?

Naturalmente, é muito melhor para qualquer país um desses governos chamados de democratas-representativos do que os regimes repressivos-sangrentos, embora todos reprimam o povo de uma maneira ou de outra. Mas o sistema não resolve; digo e repito: o sistema não resolve, o sistema não pode resolver! (Palmas) E o imperialismo enche a boca para falar dos regimes democráticos que enviam os cavalos, os soldados, a polícia e os perseguidores para massacrar o povo quando o mesmo não pode mais resistir à fome!

NÃO PODEMOS PERDER UM MINUTO SEQUER, TEMOS APROVEITADO O TEMPO E, CONTUDO, VEMOS QUE AINDA É POUCO, VEMOS QUE NOS FALTA MUITO.

Que futuro oferecem ao desenvolvimento da economia, do emprego, da educação, da saúde, da cultura? Que possibilidades são oferecidas a esses povos para o mundo do amanhã? Falávamos aqui que a 9ª Série não é o suficiente, é necessário continuar a estudar e é necessário continuar a se preparar. É essa a pergunta que tem que ser respondida: o que oferecem os povos e quais as soluções? Porque, desse jeito, daqui a 100 anos estarão em situação muito pior do que agora e mais atrasados em relação com os países desenvolvidos. Isso, se tal sistema pudesse durar cem anos.

Os nossos povos não podem perder nem um minuto e têm que se dedicar ao trabalho com afinco para o futuro e se preparar para o futuro como nós temos feito nestes 25 anos. Não podemos perder um minuto sequer, temos aproveitado o tempo e, contudo, vemos que ainda é pouco, vemos que nos falta muito, vemos que ainda temos muito a fazer.

E o que dizem esses povos? O que dizem as massas latino-americanas? o que lhes oferece o imperialismo? O que lhes oferecem os demagogos? É essa a pergunta que tem que ter resposta e é isso o que deve ser perguntado ao imperialismo: o que significa essa democracia que vocês apregoam? Porque nós conhecemos uma outra forma de liberdade e outra forma de verdadeira democracia. E que diferença! (Aclamações em coro e palmas prolongadas.)

O que está acontecendo com o mundo? O que está acontecendo nesta esfera econômica e social? Os Estados Unidos saíram intactos da Segunda Guerra Mundial; a guerra foi travada nos campos da Europa, nos campos da Ásia e foi travada fundamentalmente no território soviético. O resultado foi a destruição de milhares de povoados e cidades e um saldo de milhões de vítimas. O mundo saiu da guerra destruído. A economia dos Estados Unidos cresceu durante a contenda e o País surgiu como potência econômica e financeira predominante no mundo. Suas empresas multinacionais expandiram-se e desenvolveram-se pelo mundo todo, constituindo, hoje em dia, poderosas instituições que controlam tecnologias, mercados e recursos financeiros.

As instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial organizaram-se de acordo com os interesses dos Estados Unidos e ficaram sob seu controle absoluto. O dólar tornou-se a moeda universal. O dólar circulava por toda parte. Se nós pudéssemos fazer com que o peso circulasse por toda parte estaria resolvido o nosso problema de divisas. Eles conseguiram fazê-lo devido à situação predominante que tinham na esfera econômica e financeira mundial. Antigamente tinham dezenas de milhões de reserva em ouro. Supunha-se que 35 dólares podiam ser cambiados por uma onça de ouro; mas continuaram a imprimir moeda e a gastar, e não puderam mais responder com o ouro, terminando por renunciar ao padrão ouro. Não mais se podia cambiar o dólar por ouro na Tesouraria dos Estados Unidos.

Fazendo uso dessas vantagens, os Estados Unidos tentam reativar sua economia e tirá-la da crise às custas do resto do mundo. Dessa maneira, não só eleva as tarifas alfandegárias e estabelece todo tipo de limitações às importações de produtos que são competitivos com os da sua indústria, mas, também, mediante o mecanismo da elevação das taxas de juros, subtrai quantiosos recursos financeiros do mundo. Essas taxas de juros não são somente fruto da política deliberada do Governo, mas, também, em parte, consequência dos enormes déficits fiscais dos Estados Unidos nos últimos anos.

Com essas altas taxas de juros, atrai enormes somas de dinheiro; não só cobra mais dinheiro pelo dinheiro emprestado, mas atrai valiosos recursos financeiros que saem do Terceiro Mundo e dos próprios países capitalistas aliados dos Estados Unidos. Desta forma, a economia dos Estados Unidos, que estava estagnada nos últimos anos, pois cresceu muito pouco em 1981 e caiu em 1982, em 1983 cresceu 3,4%, e nos primeiros meses de 1984 teve um incremento de mais de 8%; enquanto que a América Latina, em 1983 — como mencionei — foi reduzida em 3,3% e não está crescendo; possivelmente terá um crescimento negativo em 1984. A Europa Ocidental cresceu, em 1983, só 1%, uma cifra ridícula que quase não compensa o crescimento da população, e supõe-se que crescerá em 1984. Daí a situação de desemprego na própria Europa; mais de 30 milhões de desempregados nos países capitalistas. Mas os Estados Unidos subtraem recursos de todos esses países. Estão limitando suas possibilidades de crescimento; estão dificultando a saída da crise de seus próprios aliados.

Há muitos economistas que opinam que mesmo esse crescimento da economia dos Estados Unidos é transitório, porque as bases são muito frágeis e os recursos que estão empregando para sair da crise irão comprometer seriamente o futuro da sua economia. Mas, apesar do crescimento de 1983 e 1984, os Estados Unidos têm ainda mais de 8 milhões de desempregados; 16% de todos os jovens estão desempregados e 44% dos jovens negros. É essa a situação.

• SÃO CRIADAS FORÇAS DE DESDOBRAMENTO RÁPIDO COM CAPACIDADE DE INTERVIR EM QUALQUER PARTE DO MUNDO EM QUESTÃO DE DIAS OU DE HORAS; DESENVOLVEM-SE NOVOS SISTEMAS DE ARMAS CADA VEZ MAIS PERIGOSAS.

Mas tem mais ainda. dizíamos que as taxas de juros estavam relacionadas, em parte, com os déficits orçamentários.

Enormes déficits estão sendo produzidos. Mas, onde são investidos os recursos? Onde se investe o dinheiro para causar esses déficits? Por acaso são investidos no desenvolvimento da economia, ou são investidos na pesquisa científica para criar novas tecnologias industriais e desenvolver a produtividade do trabalho? Investem-se em pesquisas para curar certas doenças que constituem flagelos para a humanidade, para ter mais saúde, para prolongar a vida, para melhorar o meio ambiente e proteger a natureza? Não! Investe-se em hospitais, em escolas, em ajuda para os anciãos, para as crianças, para proteger a população mais pobre? Não! Investe-se, sim, em enorme programa armamentista, com o indubitável propósito e a firme idéia de quebrar o equilíbrio das forças existentes no mundo e estabelecer a supremacia militar dos Estados Unidos, não só na área nuclear, mas também na área das armas convencionais; assim, são reativados velhos couraçados, como aquele que esteve bombardeando o Líbano. Todos os velhos couraçados estão sendo reativados, modernizados, armados; são criadas forças de desdobramento rápido com capacidade de intervir em qualquer parte do mundo em questão de dias ou de horas; desenvolvem-se novos sistemas de armas cada vez mais perigosas, cada vez mais mortíferas; fala-se em armas espaciais e inclusive no que está sendo chamado de guerra das galáxias.

Vemos, assim, que no ano de 1983 o orçamento militar dos Estados Unidos foi de 238.000 milhões de dólares. E cresce muito mais no ano fiscal seguinte. Foi aprovado um orçamento de 238.000 milhões de dólares para despesas militares e calculado um déficit orçamentário de 195.000 milhões de dólares — e possivelmente seja superior a isso, alguns pensam que é —; isto quer dizer que o

déficit é quase equivalente ao que está sendo investido em armas, em despesas militares.

Desta forma, nos últimos anos, a economia mundial conheceu duas grandes calamidades que são produto das aventuras militares dos Estados Unidos, da política belicista dos Estados Unidos. Isso é uma realidade. A primeira delas foi a guerra do Vietnã. Essa guerra custou centenas de milhares de milhões de dólares; centenas de milhares de milhões! Mas essa guerra não foi custeada com impostos. Os impostos são demasiadamente impopulares e essa guerra era cada vez mais impopular. Como foram custeadas as despesas da guerra do Vietnã? Custearam-se imprimindo papel moeda — já mencionei que o dólar tinha se tornado moeda internacional —, espalharam pelo mundo essas notas — comprando, negociando, investindo — que mais tarde foram consideravelmente desvalorizadas e provocaram ainda uma tremenda onda de inflação. Foi essa uma das causas fundamentais da inflação que afetou tão seriamente a economia mundial. Podemos dizer que o que foi feito logo após a guerra do Vietnã foi uma fraude em grande escala: imprimiram papel moeda e custearam uma guerra com notas que foram depois desvalorizadas.

E agora, mediante o mecanismo das taxas de juros, estão obrigando a economia mundial — excludo, naturalmente, os países socialistas — a custear, a financiar a corrida armamentista dos Estados Unidos. É essa a realidade, e os governos sabem dessa realidade mas não dizem nada. Os governos europeus o sabem, gritam, protestam em voz baixa, uma vez ou outra dizem alguma coisa nas reuniões, mas não podem fazer nada. Essa política afetou não somente a América Latina e o Terceiro Mundo, tem afetado também aos países capitalistas da Europa. Como consequência disto tudo não somente há uma crise econômica séria, mas também uma crise política no mundo, uma situação de tensão crescente e de grandes perigos de guerra.

Quem é o culpado disto? Não são os países socialistas. Por que podem culpar os países socialistas por esta situação? Aos países socialistas não pode interessar-lhes a guerra, nem a corrida armamentista, nem a produção de armas, já que o sistema socialista não precisa disso; são muitas suas necessidades e possibilidades de ordem econômica e social; precisa de recursos para investí-los no seu desenvolvimento. Porque nós mesmos aqui falamos da grande necessidade que ainda temos de moradias e de outras coisas que não conseguimos resolver. A corrida armamentista não interessa aos países socialistas; os grandes monopólios produtores de armas do mundo capitalista sim estão interessados nisso; são eles que obtêm os maiores lucros. Inclusive, um dos expedientes utilizados para combater o desemprego nesses países é o de incrementar a produção de armamento. Os países socialistas não são culpados dessa situação.

A própria União Soviética, em todos seus pronunciamentos, em todos os discursos dos seus mandatários, expressou a necessidade de conversações e negociações, a necessidade de evitar uma corrida armamentista e reduzir o perigo de guerra. Contudo, a tensão aumenta, e aumentou consideravelmente mais com a instalação dos mísseis nucleares estratégicos na fronteira do território socialista. Existe tensão na Europa, existe tensão no Oriente Médio, existe tensão na América Central, existe tensão na África Austral.

A URSS se expressou claramente e propôs dar início às discussões imediatamente, em setembro, da questão das armas espaciais, a fim de evitar uma corrida incontrolável nessa área; propôs se reunir e discutir de maneira muito concreta esses problemas no mês de setembro. Expressou sua disposição para retomar as conversações sobre armas nucleares logo que forem retificadas as medidas da OTAN que inevitavelmente provocaram a suspensão dessas negociações.

Na América, Central, os revolucionários de El Salvador já expressaram sua disposição para dialogar sem condições prévias com a finalidade de procurar uma solução política negociada para o problema de seu País. Isso foi expresso e reiterado.

Na Nicarágua, a Frente Sandinista expressou sua disposição para discutir, para trabalhar na procura de uma saída política negociada. Inclusive tem contatos e já está nos arranjos preliminares das conversações com os Estados Unidos.

NO CASO DE CUBA EXISTE UM FATO NOVO, A VISITA DE JACKSON AO NOSSO PAÍS, QUE FOI BEM ACOLHIDA PELO NOSSO POVO

No caso de Cuba existe um fato novo, a visita de Jackson ao nosso País, que foi bem acolhida pelo nosso povo, que é difícil de ser enganado, que conhece muito bem e sabe distinguir muito bem um político de um demagogo, um farsante de um homem sério, de convicções, honesto e valente, e foi isso o que eu pude apreciar em Jackson, foi isso o que eu pude apreciar em seu discurso na Convenção Democrata de Los Angeles; Jackson foi coerente com seus pronunciamentos de paz. Como fruto dessa visita e sobre a base de um consenso bipartidarista nos Estados Unidos, iniciaram-se conversações entre representantes dos Governos de Cuba e dos Estados Unidos, em Nova Iorque sobre questões de migração e outros temas relacionados com esse ponto que interessam a ambos os países.

Nós, por nossa parte, estamos dispostos a prosseguir seriamente essas conversações, com a seriedade, a maturidade, a coragem e a responsabilidade que caracterizam a nossa Revolução. (Palmas.) Aqueles que conhecem Cuba, que conhecem o nosso Partido e o nosso povo sabem que somos sérios, não usamos a mentira nem as manobras enganosas. (Palmas.)

Jackson trouxe uma mensagem de paz em representação de importantes setores do povo norte-americano; ele não representava o Governo, não podemos dizer que representava toda a sociedade norte-americana, mas representava um setor importante, representava um espírito de paz, um espírito construtivo, oposto ao da carreira armamentista, partidário de diminuir os perigos de guerra, de encontrar soluções políticas na América Central. Trouxe uma mensagem de paz, e nós somos sensíveis a esse tipo de gesto; pela força ninguém jamais conseguirá nada em nosso País; com gestos de paz é possível tratar conosco, pode-se conversar com o nosso País.

Qualquer esforço que possa aliviar as tensões na nossa área e as tensões internacionais merecerá nossa mais séria consideração; qualquer esforço no sentido de diminuir os riscos da loucura da guerra é bem-vindo. Inclusive, estamos dispostos a cooperar na procura de uma solução política para a independência da Namíbia, problema importante da África Austral, que esteja baseada na Resolução 435 das Nações Unidas. Estamos conscientes das nossas responsabilidades para com o nosso povo e para com toda a humanidade, é esse o nosso dever como socialistas, como revolucionários.

No mundo de hoje existem dois sistemas sociais e políticos diametralmente diferentes: o capitalista e o socialista. Nenhum dos dois pode impor a mudança social no outro pela força sem ser destruído no intento. Também nunca fez parte do pensamento socialista a idéia de impor a outro país, pela força, a mudança social. Digam o que disserem os ignorantes, os intrigantes e os caluniadores, Lenin, que foi um homem realista, um homem de convicções profundas, um homem de paz, foi o primeiro a proclamar como princípio indiscutível, a necessidade da coexistência pacífica entre regimes sociais diferentes.

Diversamente, a idéia de esmagar pela força as revoluções sempre fez parte da filosofia e do pensamento do imperialismo e de todos os sistemas reacionários ao longo da história. Isso foi demonstrado na Revolução Francesa, invadida por todos os Estados vizinhos reacio-

nários que estavam contra a idéia da República, contra a idéia da democracia burguesa e agiam em nome do poder divino dos Reis. Foi demonstrado na Revolução de outubro de 1917, no velho império dos czares, a primeira revolução socialista, que não demorou em ser agredida e ter o seu território invadido, sofrendo a intervenção de numerosas potências capitalistas e sendo novamente atacada, ardeiramente, pelo fascismo na Segunda Guerra Mundial, com a messiânica idéia de destruir o socialismo. Foi demonstrado na Revolução da China, nos esforços do imperialismo e dos países ocidentais para evitá-la e sustentar o regime de Chang Kai-Chek, feudal e reacionário. Foi demonstrado na Revolução Vietnamita, nos esforços do imperialismo para esmagá-la.

Foi demonstrado em Cuba; foi demonstrado na Guatemala com a Revolução de Arbenz; foi demonstrado em Santo Domingo com a Revolução de Caamaño; foi demonstrado em Granada com a Revolução de Bishop; e está sendo demonstrado agora na Nicarágua com a Revolução Sandinista e os intentos de esmagá-la pela força, e em El Salvador, onde o imperialismo dá assessoria militar e fornece vultosos recursos em armas e dinheiro e ameaça intervir para afogar em sangue o movimento revolucionário, descartando toda possibilidade de solução política negociada. Na sua época, a própria revolução de independência dos Estados Unidos sofreu o intento de ser sufocada pelos colonialistas ingleses. Isso é o que a história ensina.

Estão equivocados, não obstante, aqueles que acreditam que a comunidade socialista pode ser submetida à rendição ou à capitulação. Estão equivocados aqueles que acreditam que qualquer povo revolucionário, que qualquer movimento verdadeiramente revolucionário possa ser obrigado a se render ou capitular.

O nosso País viveu a experiência destes anos. Devido a essa mesma lei histórica fomos submetidos, desde o início da nossa Revolução, a bloqueios, ameaças, agressões, sabotagens, bandos contrarrevolucionários, invasão mercenária, etc. Não podemos esquecer que repetidas vezes foi tentado o assassinato dos líderes da Revolução, violando as mais elementares normas do direito internacional e da moral. Tudo, porém, foi e será inútil.

Não é fácil para um País pequeno, como o nosso, enfrentar um vizinho tão poderoso e tão agressivo. Mas para esse vizinho poderoso tampouco é fácil lutar contra um povo pequeno mas corajoso, inteligente, digno e unido como o nosso (Palmas).

Essa política insensata deve parar (Palmas e exclamações de: "Fidel, seguro, nós ianques damos duro!"), e assim já pensam muitos norte-americanos conscientes.

O PERIGO PARA O NOSSO PAÍS NÃO DEVE SER, ENTRETANTO, SUBESTIMADO. É POR ISSO QUE TIVEMOS QUE FAZER ESFORÇOS ENORMES A FIM DE FORTALECER A NOSSA DEFESA DURANTE TODOS ESTES ANOS.

O perigo para o nosso País não deve ser, entretanto, subestimado. É por isso que tivemos que fazer esforços enormes a fim de fortalecer a nossa defesa durante todos estes anos, e especialmente nos últimos anos, nos que têm aumentado a agressividade imperialista e as ameaças contra o nosso País. Porque somos belicistas? Não somos belicistas, nem podemos ser. Porque desejamos investir recursos em armas e a energia de dezenas de milhares de jovens capazes, competentes, nesse esforço? Não. Temos muitas outras coisas de grande importância e necessidade onde investir nossas energias e nossos esforços! Queremos uma guerra? Não, não queremos uma guerra. Nós só entraremos numa guerra se essa guerra nos for imposta.

Nós somos revolucionários de convicções firmes e as nossas idéias, as nossas convicções são irrenunciáveis (Palmas). Existem coisas sagradas: a independência, a soberania do país, seus princípios revolucionários, seu sistema político e social, seu direito de construir o futuro. Tudo isto é irrenunciável, e aquele que intente destruí-las terá de combater contra nós (Palmas).

Nós não ameaçamos ninguém, não podemos ameaçar ninguém, e resulta verdadeiramente cômico ouvir alguns porta-vozes do imperialismo dizer que El Salvador é uma ameaça para os Estados Unidos, que a Nicarágua é uma ameaça para os Estados Unidos, ou que Cuba é uma ameaça para os Estados Unidos; é cômico porque constitui um absurdo materialmente impossível em termos militares. Todo o nosso esforço é no sentido da defesa do nosso País, e repito, falo alto e claro: aquele que intentar destruir nossos valores terá que combater contra nós, e saberemos nos defender (Palmas); e será um preço muito alto o que o agressor terá que pagar para não conseguir, no fim das contas, seu objetivo.

Nem superestimamos nem subestimamos as nossas forças.

Da mesma forma como estamos dispostos a combater e a morrer, não temos temor de conversar e discutir. (Palmas.) Alguns ideólogos do imperialismo acreditam que nós precisamos desta pugna porque com ela se mantém o povo unido, conserva-se o espírito da Revolução. Isso é ridículo! É absurdo! O que une o nosso povo e tem sido fonte geradora de entusiasmo inesgotável é justamente a Revolução e a sua obra, sua tarefa material, social, moral e cultural. Não precisamos de perigos de guerra para estarmos unidos e manter o nosso entusiasmo, já que a obra da Revolução é suficientemente bela e atraente para merecer até o último átomo das nossas energias e do nosso entusiasmo. (Palmas.)

Nós falamos seriamente, pensamos seriamente e, repito, os perigos não podem ser subestimados, e repito, nem superestimamos nem subestimamos as nossas forças. Perante as agressões e as ameaças, o que fizemos foi nos fortalecer. Hoje somos muito mais fortes do que três anos atrás, sem discussão. (Palmas.) As nossas Forças Armadas têm realizado um esforço extraordinário para elevar a capacidade de combate das tropas, o preparo dos contingentes, para incrementar o potencial de fogo e assimilar novas armas. Foram criadas as Milícias de Tropas Territoriais (palmas); em tempo recorde foram organizados, treinados e armados meio milhão de novos combatentes, homens e mulheres. No ano passado, com motivo do 26 de julho, programamos que, devido às tensões e às ameaças, organizaríamos, prepararíamos e armaríamos mais um meio milhão; hoje posso dizer que essa meta foi cumprida! (Palmas.) Temos meio milhão de combatentes adicionais e as armas para esses combatentes. Dezenas de milhares de quadros foram preparados e continuam a ser preparados; o número total das Milícias de Tropas Territoriais, incluindo suas reservas, eleva-se, aproximadamente, a um milhão e 200 mil homens e mulheres que incrementam o potencial das nossas Forças Armadas e suas unidades regulares.

As idéias e os conceitos sobre a defesa do País e a luta de todo o povo foram aprofundadas e desenvolvidas. Cada palmo do nosso território nacional foi estudado; os planos, as idéias do que tem que ser feito foram já elaborados. Cada província, cada município, cada canto do País tem sua missão designada. Foram elaborados minuciosamente os planos do que deverá ser feito perante cada uma das variantes de agressão que possa sofrer o nosso País.

E continuamos a nos preparar.

OS QUADROS DO PARTIDO, DO ESTADO, DOS PODERES POPULARES FIZERAM CURSOS E CONTINUAM A SE PREPARAR SISTEMATICAMENTE PARA CUMPRIR AS SUAS TAREFAS NO CASO DE AGRESSÃO.

Estamos trabalhando na construção de fortificações; 18.000 homens e 3.500 máquinas trabalham permanentemente na preparação do terreno para a defesa de todo o País. 18.000 homens permanentemente! E emprega-se nisso 15% do concreto pré-fabricado que o País produz. Isto é só para lhes dar uma idéia do esforço. (Palmas.)

Os quadros do Partido, do Estado, dos Poderes Populares fizeram cursos e continuam a se preparar sistemati-

camente para cumprir as suas tarefas no caso de agressão.

Quicá os imperialistas fiquem alegres por termos que fazer esses esforços e investir importantes recursos materiais e humanos na defesa, já que isso pode afetar o nosso desenvolvimento econômico e social. É verdade que seria melhor investir essa força, essas máquinas, esse cimento e esse aço em outras atividades! Mas os dados que citei, os êxitos que estamos alcançando em Cienfuegos e no País demonstram a capacidade do nosso povo de se superar para enfrentar suas tarefas e suas obrigações.

Apesar desse esforço na defesa — como apontei — tivemos grandes êxitos que nos colocam em posição privilegiada com relação à América Latina. O Partido e o povo cumpriram com a sua obrigação; os planos do Comitê Central, o VI e o VII, as medidas do Comitê Executivo, impulsionaram todas as atividades e é por isso que conseguimos atender plenamente as duas frentes.

Somos fortes, é bom que os nossos inimigos, principalmente, entendam isto, porque temos sido capazes de desenvolver, organizar e desdobrar um enorme potencial de energia revolucionária e de massa.

Hoje o nosso País conta não só com Forças Armadas aguerridas e experientes, conta também com um Partido de 482.000 militantes e aspirantes (palmas), uma juventude de 588 mil membros (palmas), 2 milhões e 666.000 trabalhadores organizados na CTC (palmas), 2 milhões e 692.000 mulheres na FMC (palmas), 201.000 camponeses na ANAP (palmas), 450.000 estudantes universitários e de nível médio superior na FEU e na FEEM (palmas), um milhão e 889.000 pioneiros. (Palmas.) Todo o nosso povo está organizado! E isso constitui uma tremenda força.

Somente uma revolução socialista, onde todos os meios de produção e de serviço social pertencem ao povo e podem ser colocados tanto à disposição do desenvolvimento como à disposição da defesa, somente uma revolução socialista com o pleno apoio do povo, absolutamente identificado com ela e unido, é capaz de criar o potencial defensivo que o nosso País possui atualmente! Isso não pode ser substituído. Contamos com uma elevada cultura política, com uma profunda consciência revolucionária. (Palmas.)

Os fatores que enumerei não existiam antes da Revolução, não existiam quando lutávamos pela liberação, nem depois do triunfo, foram desenvolvidos em 25 anos de Revolução. Contamos ainda com uma consciência internacionalista profunda, centenas de milhares dos nossos compatriotas já têm cumprido missões internacionais! (Palmas.)

Não são simples palavras, isso está demonstrado pelos nossos combatentes, nossos médicos, nossos construtores, nossos professores. Não existe desafio, por mais difícil que seja, não existe missão, por mais difícil que possa parecer, que eles não sejam capazes de cumprir. E é dentro desse espírito que fomos educando e fomos formando o nosso povo. (Palmas.)

Temos coisas muito sagradas a defender, temos uma obra, a que temos realizado; temos um futuro, temos uma vida superior à vida de outros povos deste hemisfério, os quais vivem no nosso passado que é o presente para eles. Quem poderá fazer com que voltemos ao passado? (Palmas e Exclamações de: "Ninguém!") (Exclamações de: "Cuba sim, Ianques não!")

Temos coisas mais valiosas, mais sagradas do que nossas próprias vidas, porque a Revolução, pela dignidade, a liberdade, os enormes progressos e a justiça que trouxe para nós, é a nossa própria vida. (Palmas.)

Se num dia como o de hoje devemos lembrar os que caíram na luta e fizeram possível o nosso presente; se lembramos os que caíram em Moncada e em Bayamo, os que caíram em 5 de setembro, os que caíram lutando contra os bandidos no Escambray, ou combatendo nas areias de Girón ou que sacrificaram suas vidas anonimamente em outras ocasiões, lutando contra os agentes inimigos; se lembramos aqueles que deram suas vidas glo-

riosa e heroicamente cumprindo missões internacionalistas (palmas), atrevo-me a afirmar que estariam orgulhosos da extraordinária transformação que houve na nossa pátria, estariam orgulhosos da obra impressionante da Revolução que é indestrutível porque não está constituída somente pelas riquezas e os bens materiais que criamos, mas pela consciência e os valores que arraigaram na mente e no coração de todo o povo. (Palmas.) E se eles sentir-se-iam orgulhosos desta obra na qual acreditaram e pela qual lutaram e morreram, nós temos a certeza de que saberemos levá-la adiante e de que sabemos defendê-la até o último alento, até a última gota do nosso sangue!

Pátria ou Morte!

Venceremos!

(Ovação.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho mais uma vez convocar os nobres Senadores e Deputados para comparecerem no dia 12, às 18 horas, na sessão do Congresso, para votar a Emenda Constitucional nº 36, que modifica o art. 167 da Constituição Federal.

“Art. 167.

Parágrafo único. O percentual de aumento ou reajuste monetário, em seu valor absoluto, não pode, direta ou indiretamente, salvo mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das câmaras competentes, exceder o percentual de variação do salário mínimo:

- a) nas tarifas dos serviços públicos de telefonia, abastecimento de água e energia;
- b) nos impostos e taxas federais, estaduais e municipais;
- c) nas prestações de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.

Todos os dias lemos nos jornais as manchetes: os mutuários do BNH querem que os reajustes deles sejam de acordo com o salário, de acordo com os seus vencimentos. Então, está nas mãos do Congresso Nacional, comparecer no dia 12, às 18 horas, e modificar a política econômica do Governo com relação à água, luz e telefone, taxas que aumentam mais de 70%, às vezes, de uma só vez, bem como com relação a tributos municipais, estaduais e federais, que aumentam às vezes 2, 3 mil por cento.

Não adianta dizer que a culpa é do Presidente Figueiredo, que a culpa é do Ministro Delfim Netto, a culpa é exclusivamente do Congresso Nacional se não comparecer no dia 12, às 18 horas, para votar esta Emenda Constitucional. Esta história de dizer que o Governo fechou todos os poderes na mão é conversa, principalmente, “conversa para boi dormir”. A verdade é esta, se o Congresso tivesse união, se os Deputados e Senadores comparecessem nesta Casa, poderíamos fazer o que quiséssemos neste País. Só depende exclusivamente do Congresso. Então se os mutuários não tiverem a sua prestação reajustada de acordo com o salário, a culpa é exclusivamente dos Srs. Deputados e Srs. Senadores que não compareceram na reunião marcada para o dia 12, às 18 horas.

Quero lembrar que o eleitorado, que trouxe os Srs. Deputados e os Srs. Senadores para cá, deve merecer uma consideração porque, na realidade, este Congresso só funcionou seis ou sete vezes em um ano e meio. É preciso que pelo menos, ele funcione mais um dia a favor do mutuário que está sendo explorado e sacrificado pelo BNH.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente! (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE CARONE EM SEU DISCURSO:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 36, DE 1984

Acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional. Artigo único. O art. 167 da Constituição Federal passa a vigor acrescido de parágrafo único.

“Art. 167.

Parágrafo único. O percentual de aumento ou reajuste monetário, em seu valor absoluto, não pode, direta ou indiretamente, salvo mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das câmaras competentes, exceder o percentual de variação do salário mínimo:

- a) nas tarifas dos serviços públicos de telefonia, abastecimento de água e energia;
- b) nos impostos e taxas federais, estaduais e municipais;
- c) nas prestações de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.”

Justificação

Em face do recrudescimento do processo inflacionário, do rebaixamento do poder aquisitivo da população, do crescente desemprego, das altas taxas de juros, grandes contingentes populacionais começam a se desesperar.

Esta situação de miséria, na qual se insere a maioria das famílias brasileiras, é determinada, fundamentalmente, pela defasagem entre a queda do poder aquisitivo dos salários e a alta generalizada dos preços dos bens e serviços ofertados à população.

Urge uma solução rápida e eficaz que reflita positivamente no orçamento familiar. E, é, exatamente, com o objetivo de atenuar esta situação de miséria, que leva significativos segmentos da sociedade aos limites da sobrevivência, que propomos determinar um limite máximo de reajuste das tarifas dos serviços públicos em geral, dos impostos federais e das prestações da casa própria.

A regressividade dos impostos, principalmente os indiretos, os altos preços pagos pela utilização dos serviços públicos de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia terminam por estrangular os já comprimidos orçamentos familiares. Acresça-se a isto tudo, ainda, os extorsivos aumentos que incidem sobre a prestação do imóvel adquirido através do Sistema Financeiro de Habitação e a que estão sujeitos os mutuários da casa própria.

Os aumentos das tarifas de serviços públicos, dos impostos e da prestação da casa própria são imediatamente transferidos para os preços, de modo geral, contribuindo, portanto, para o recrudescimento do processo inflacionário.

O montante de Projetos de Lei, Prostatas de Emendas à Constituição, Projetos de Lei Complementar que tramitam no Congresso Nacional dá uma idéia da fúria legislativa dos membros do Poder Legislativo. Manifesta-se, assim, um excesso de criatividade legislativa.

Em assuntos, porém, do maior significado para o ordenamento jurídico da Nação, o Congresso exime-se da responsabilidade que lhe compete na produção de leis. Em face disso, o Poder Executivo passa a legislar em nome do Congresso Nacional.

A tomada de posição do Congresso Nacional será indubitavelmente o primeiro passo para a superação desta crise econômica e político-institucional do País. Se o Congresso entendesse de assumir seu papel histórico, as

leis autoritárias do arbítrio desapareceriam e a função fiscalizadora do Poder Legislativo seria recuperada plenamente. Urge, pois, reaver, imediatamente, o cabedal de respeitabilidade do Congresso Nacional.

Nossa Proposta de Emenda Constitucional visa, exatamente, impedir que o Poder Público arbitrariamente estabeleça índices de reajuste das tarifas dos serviços públicos, dos impostos e das prestações da casa própria. Fixando o Congresso Nacional o limite máximo de reajuste, tendo como parâmetro a variação nominal do salário mínimo, poderá a população ver finalmente, compatibilizados os aumentos dos preços e dos salários.

DEPUTADOS: Jorge Carone — Pratin de Moraes — Antônio Amaral — Sérgio Lomba — Vicente Queiroz — Mário Juruna — Assis Canuto — Mário Assad — Ruy Codo — Dilon Franchin — Sinval Guazzelli — Juarez Bernardes — Pimenta da Veiga — Matheus Schmidt — Sebastião Ataíde — Wilson Vaz — José Ulisses — Geraldo Melo — Renato Bernardi — Aluizio Campos — Clarck Platon — Manoel Costa Jr. — Francisco Erse — Octávio Cesário — José Tavares — Osvaldo Nascimento — José Colagrossi — Tobias Alves — Milton Reis — Osvaldo Murta — Juarez Baptista — Sérgio Ferrara — Siegfried Heuser — Rubem Figueiró — Djalma Bom — Israel Dias-Novaes — Doreto Campanari — Tidei de Lima — Wilmar Palis — Francisco Dias — Alcení Guerra — Odilon Salmoria — Epitácio Cafeteira — Celso Barros — Dirceu Carneiro — Djalma Bessa — Paulo Mincarone — Nelson Wedekin — Luiz Henrique — Nyder Barbosa — Magalhães Pinto — Irma Passoni — Hamilton Xavier — Jorge Uequed — Orestes Muniz — Roberto Freire — Domingos Leonelli — Agnaldo Timóteo — José Genoino — Amaury Müller — Luiz Leal — Emílio Gallo — Raul Belém — Márcio Santilli — Ruy Bacelar — Flávio Bierrenbach — Rosemburgo Romano — Fernando Lyra — Roberto Rollemberg — Irineu Colato — Osvaldo Melo — Wall Ferraz — Hermes Zaneti — Casildo Maldaner — Nadyr Rossetti — Jorge Arbage — Paulo Marques — Nelson do Carmo — Aldo Pinto — Ricardo Ribeiro — Brandão Monteiro — Siqueira Campos — Santinho Furtado — Brabo de Carvalho — Mozarildo Cavalcanti — Jutahy Júnior — Osmar Leitão — Raul Ferraz — José Thomaz Nonô — José Fernandes — Nelson Morro — Roberto Jefferson — João Hercúlio — Hélio Duque — Valmor Giavarina — Cardoso Alves — Furtado Leite — Carlos Mosconi — Manoel Ribeiro — Walmar de Luca — Dante de Oliveira — Ibsen Pinheiro — Tapety Jr. — Gerson Peres — Mário Hato — Carlos Peçanha — Evandro Ayres de Moura — Humberto Souto — Edison Lobão — Heráclito Fortes — Daso Coimbra — Norton Macêdo — Ary Kffuri — Alberto Goldman — Antônio Moraes — Chagas Vasconcelos — João Carlos de Carli — Clemir Ramos — Oscar Corrêa Júnior — Homero Santos — Jorge Vargas — Jorge Cury — Fernando Gomes — Paulo Borges — Albérico Cordeiro — Leorne Belém — Abdias do Nascimento — Antônio Farias — Celso Peçanha — José Burnett — Júlio Martins — Arthur Virgílio Neto — Raul Bernardo — Antônio Câmara — Ângelo Magalhães — Gonzaga Vasconcelos — Jacques D'Ornellas — Délio dos Santos — Stélio Dias — França Teixeira — Borges da Silveira — Farabulini Júnior — José Carlos Fonseca — Hélio Manhães — Carneiro Arnaud — Darclio Ayres — Irajá Rodrigues — Airton Sandoval — Djalma Falcão — José Carlos Vasconcelos — Cid Carvalho — Fernando Santana — José Machado — Reinhold Stephanes — Aurélio Peres — João Herrmann — Celso Sabóia — Walber Guimarães — Renato Loures Bueno — Jônathas Nunes — Leônidas Rechid — Francisco Sales — Cristina Tavares — Mansueto de Lavor — Tarcísio Burty — Gilton Garcia — Ciro Nogueira — Oly Fachin — Emídio Perondi — Freitas Nobre — Sebastião Rodrigues Jr. — Miguel Arraes — Fernando Cunha — Theodorico Ferraço — João Bastos — Milton Brandão — Tomaz Coelho — Pedro Ceolim — Denisar Arneiro

— Jessé Freire — Lúcio Alcântara — Alcides Lima — José Penedo — José Carlos Teixeira — Renato Vianna — Floriceno Paixão — Rândolfo Bittencourt — Del Bosco Amaral — Mauro Sampaio — Sérgio Moreira — João Gilberto — José Carlos Fagundes — Nilson Gibson — Prisco Viana — Inocência Oliveira — Alécio Dias — Antônio Pontes — Geovani Borges — Ivo Vanderlinde — Sérgio Cruz — Genebaldo Correia — Sérgio Murilo — Magno Bacelar — Adroaldo Campos — Carlos Sant'Anna — José Fogaça — Guido Moesch — Luiz Guedes — Francisco Pinto — Myrthes Bivilacqua — Gustavo Faria — Haroldo Sanford — Egídio Ferreira Lima — Arnaldo Maciel — Haroldo Lima — Adhemar Ghisi — João Alberto de Souza — Luis Dulci — Armando Pinheiro — José Ribamar Machado — Gilson de Barros — João Batista Fagundes — Agenor Maria — Ronaldo Campos — José Maria Magalhães — José Frejat — Francisco Amaral — Nilton Alves — Marcelo Linhares — José Luiz Maia — Geraldo Bulhões — Bete Mendes — Márcio Braga — Rubens Ardenghi — Virgildásio de Senna — João Divino — Plínio Martins — Iturival Nascimento — Harry Amorim — Eduardo Matarazzo Suplicy — Airton Soares — Rondon Pacheco — Cássio Gonçalves — Alencar Furtado — Gorgônio Neto — Raymundo Asfora — Roberto Freire — Osvaldo Lima Filho — Ralph Biasi — José Mendonça de Moraes — Jorge Leite — Aluizio Bezerra — Navarro Vieira Filho — Lélío Souza — Afrísio Vieira Lima — Jarbas Vasconcelos — Geraldo Renault — Israel Pinheiro — Saulo Queiroz — José Lourenço — Amaral Netto — Evaldo Amaral — Epitácio Bittencourt — Sebastião Nery — Paulo Guerra — Ernani Satyro — Figueiredo Filho — Arlindo Porto — Fued Dib — Múcio Athayde — José Eudes — Antônio Mazurek — Cunha Bueno — Adail Vettorazzo — Carlos Eloy — Christóvam Chiaradia — Vicente Guabiroba — Bonifácio de Andrada — Joacil Pereira — Diogo Nomura — Nelson Costa — Hélio Dantas — Salles Leite — Paulino Cícero de Vasconcellos — Ludgero Raulino — João Faustino — Marcondes Pereira — Walter Casanova — Raimundo Leite — Melo Freire — Jonas Pinheiro — Rita Furtado — Osvaldo Trevisan — Mendes Botelho — José Jorge — Theodoro Mendes — Henrique Eduardo Alves — Max Mauro — Nelson Aguiar — Paulo Zarzur — João Cunha — Márcio Lacerda — Leônidas Sampaio — Coutinho Jorge — Castejon Branco — Eurico Ribeiro — Sarney Filho — Wagner Lago — Manoel Gonçalves — Gastone Righi — Júnia Marise — Arildo Teles — Horácio Matos — Amílcar de Queiroz — Lázaro Carvalho — Ibsen de Castro — Bayma Júnior — Carlos Vinagre — Aécio Cunha — João Agripino — Antônio Florêncio — Josias Leite — Sérgio Philomeno — Aécio de Borba — Milton Figueiredo — Rômulo Galvão — Jorge Vianna — Celso Carvalho — Francisco Rollemberg — Octacílio de Almeida — Luiz Sefair — Celso Amaral — Carlos Wilson — Elquison Soares — Félix Mendonça — Hélio Correia — Antônio Dias — Maçao Tadano — Simão Sessim — Augusto Trein — Ronaldo Canedo — Gomes da Silva — Saramago Pinheiro — Samir Achôa — Genésio de Barros — Sebastião Curió.

SENADORES: Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Raimundo Parente — Jorge Kalume — Marcondes Gadelha — Almir Pinto — Lenoir Vargas (apoio) — Cid Sampaio — Henrique Santillo — Lourival Baptista — Helvídio Nunes — José Ignácio Ferreira — Humberto Lucena — Jaison Barreto — Martins Filho — Alberto Silva — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Peixoto — Severo Gomes — Saldanha Derzi — Fábio Lucena — Gastão Müller — Eunice Michiles — Carlos Chiarelli — Roberto Campos — Benedito Ferreira — Itamar Franco — Passos Pôrto — Luiz Cavalcante — Mário Maia — Lomanto Jr. — Alexandre Costa — João Lúcio — Roberto Saturnino — Fernando Henrique Cardoso — Pedro Simon — José Fragelli — Hélio Gueifões — Benedito Canellas — João Calmon —

Virgílio Távora — Affonso Camargo — Enéas Faria — Octávio Cardoso — Mauro Borges — Jutahy Magalhães — Albano Franco — Milton Cabral — Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chamou a atenção de todos a decisão dos Governadores do Nordeste reunidos no último fim de semana, em Fortaleza, no belo Estado do Ceará, quando se solidarizaram e apoiaram uma nota de repúdio, proposta pelo Governador do Maranhão, Sr. Luiz Rocha, contra a posição do Deputado Federal Augusto Franco, Presidente Nacional do PDS.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, diante do processo de total desintegração do PDS, para nós uma pergunta que é importante, neste momento: que Partido estará presidindo mais, a esta altura, o Deputado federal Augusto Franco, se aqui nesta Casa este Partido já quase não representa mais nada e no Senado Federal a desintegração é total? Restavam neste Partido os governadores do Nordeste eleitos pela legenda do PDS. E agora, os governadores do Nordeste, eleitos por esta legenda, vêm a público com uma nota de repúdio contra a posição do seu presidente nacional. No mínimo, o Deputado Augusto Franco está desautorizado a falar em nome de um partido cujos governadores, eleitos por esta legenda, não aceitam a sua orientação política.

Só nos resta, Sr. Presidente, com essa demonstração de independência, congratularmo-nos com os Governadores nordestinos do PDS, reunidos no Ceará, que demonstraram claramente a sua preocupação com o futuro e a sua repulsa à orientação política da Direção Nacional do PDS que iniciou, neste momento, uma verdadeira "caça às bruxas" e uma pressão mafiosa ilegítima sobre os governadores, no sentido de que estes, através das Assembleias Legislativas que escolheram seus delegados ao Colégio Eleitoral, possam assumir uma posição contrária ao pensamento do povo brasileiro.

As nossas congratulações aos governadores nordestinos que, de público, disseram bem alto ao Deputado Augusto Franco que a sua prática política não se coaduna com os métodos modernos de se fazer política e que esses governadores estão preocupados com o futuro do Brasil, e estão preocupados em escolher uma candidatura que tem o respaldo da Nação, e não apenas um candidato que venha a atender aos interesses ilegítimos e imediatos de uma meia dúzia que quer tomar o poder de assalto.

Era só Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quem de nós gostaria de ser uma harpa muda e silenciosa quando tudo no universo canta a mais profunda e harmoniosa melodia?

Contemplamos mais um ano se serviço da Fraternidade através da "LEMPA" — Legião da Nulher Paraense. É metade da minha vida dedicada ao Pará e aos menos favorecidos.

Mas, o Brasil, continua deitado... O Pará cada vez mais sofrido e, infelizmente, *mundus vul decipi, ergo desipiat*, ou traduzindo:

"O mundo quer ser enganado, enganemo-lo pois" é bandeira que vemos tremular e como, em nossos dias, desfraldada e bem alta.

Durante estes 21 anos dedicados à solidariedade, vimos muito vimos o amor e o ódio brincarem com o coração humano; aquele encobrindo os defeitos e este ce-

gando a verdade. Vimos a felicidade em guerra com a desgraça e o homem entre elas, pendendo, umas vezes para a esperança e outras para o desespero.

Vimos alguns homens de poder negociarem a conversação no mercado da hipocrisia, da falsidade, e brincarem com a vida dos simples e confiantes. Vimos os pobres e humildes plantarem e somente os muito ricos ceifarem e comerem... e a Justiça IMÓVEL, acolá, e o Povo a chamar-lhe de Lei. Vimos a mulher como um órgão desafiado nas mãos de alguns que não o sabem tocar. Vimos a verdadeira Liberdade caminhar solitária e ofegante pelas vias públicas ao contrário da liberdade das bocas demagógicas e oportunistas e em frente a muitas portas, a verdadeira liberdade pedindo agasalho e a humanidade, geralmente, a repeli-la. Vimos o absolutismo marchar com suntuoso aparato e mascarado de Bom... E o ignorante, continuando a chamar-lhe de liberdade. Vimos a Religião, muitas vezes, sepultada e pregada na Cruz do Calvário, através de vendilhões de Templos e as crenças erguidas em seu lugar. Vimos o intruso nos festins a tagarelar e os convidados, em silêncio, calados. Vimos o dinheiro na mão do extravagante como instrumento de seu mal, porém na mão do filósofo, do mestre, do sábio, não vimos dinheiro algum... Deus meu, será que esta é a Terra e este é o Homem? Responderia, por certo, AQUELE que foi o maior cientista, o maior filósofo, o maior político, o maior sábio, o maior religioso de todos os tempos!

— “Pega a tua Cruz e segue-me!

Esta é a noite, mas virá a AURORA, VIRÁ UM BRASIL e um PARÁ DE PÉ!

Atuação Parlamentar:

Leio para transcrição nos Anais desta Casa a seguinte nota publicada na Imprensa do Pará:

“LÚCIA — Deputada do PDS do Pará, permanece INDEPENDENTE; a Deputada Lúcia Viveiros confirmou a sua disposição de ficar, por enquanto, desligada de qualquer grupo, observando o comportamento dos dois candidatos a Presidência e estudando os seus respectivos programas de Governo, para então optar, disse “pois não sou daqueles que ficam em cima de muro”. Declarou, ainda, que apesar de não ter definido a sua posição no processo sucessório, continua achando que o PDS “ganhou o 1º tempo ao fazer eleição democráticas para a escolha de seu candidato na sucessão presidencial”. Esclareceu também que, “acho natural o empenho do Presidente Figueiredo pelo candidato de seu Partido, o outro lado persegue, demite, e ninguém reclama”; — seria estranho, isso sim, “o oposto, uma vez que o Governo Federal vinha beneficiando, até demais, o governo corrupto do Estado do Pará, para citar só um exemplo, autorizando bilhões e bilhões de dólares para esse governo irresponsável.”

Finalizou a Deputada Lúcia declarando que apesar de convidada para a reunião do chamado “Gru-

po Andreazista”, não compareceu por se sentir “desobrigada, no momento, de qualquer compromisso com candidaturas a Presidente da República”. — Concluiu a Deputada Federal Lúcia Viveiros do PDS do Pará: Voto nas “Diretas Já”, se o PMDB deixar.” (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Muito longo foi o caminho que me trouxe até à convivência com esta Casa. E aprendi, durante todo ele, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a respeitar e acatar a decisão soberana de tudo aquilo que acontece neste Plenário e que está registrado numa Ata. E, de repente, passamos a ver e a ouvir na imprensa deste País um noticiário que só vem desmerecer o conceito desta Casa. Parlamentares que têm, acima de tudo, a obrigação de preservar este poder, apressaram-se em declarar aos quatro ventos que houve fraude, por parte da Mesa Diretora, na Ata da histórica sessão de votação da Emenda Dante de Oliveira.

O noticiário da TV Manchete foi ao ar no sábado. Já na segunda-feira, ontem, portanto, na sessão matutina do Congresso havia parlamentares com gravações, com notas taquigráficas, muito bem municiados para fazerem tais acusações. Acusou-se a Mesa e, especialmente, um membro da Mesa filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. As acusações foram feitas levianamente. Não se esperou, pelo menos, nem se cobrou uma decisão ou uma posição dessa Mesa sobre os episódios dessa famosa Ata. É lamentável, Sr. Presidente, mas parece que toda essa trama tem endereço certo que é o de beneficiar, o de tentar, através de manobras, fazer com que o Brasil se veja, mais uma vez, privado das eleições diretas. É lamentável que parlamentares com a responsabilidade que têm, de preservar esta Casa, ocupem a sua tribuna maior para acusações, muitas vezes, sem fundamento. Mas é lamentável, também, que S. Exª, o Presidente do Congresso Nacional, Moacyr Dalla, até este momento, até mesmo para preservar o bom conceito da Mesa e, acima de tudo, dos funcionários da Casa, não tenha instaurado inquérito, para que se mostre à Nação que a Mesa do Senado Federal tomou providências e procurará, dentro das suas possibilidades, apurar os fatos. É lamentável. Já se vê, nos corredores, partidários da candidatura do Deputado Maluf acusarem funcionários da Mesa, acusarem companheiros, acredito injustamente, porque no decorrer dessa convivência, aqui dentro, o que nós vemos é uma conduta séria por parte desse setor da Casa.

Seria bom, pois, que o Presidente Moacyr Dalla, dentro do seu repetido zelo e da sua condição de grande jurista, olhasse atentamente o problema, pois para nada serve este seu silêncio, este demorado silêncio. Seria bom

que S. Exª instaurasse um inquérito para que os fatos fossem apurados.

Era o que eu tinha a dizer (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Não há mais oradores para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência comunica que, não tendo sido apreciados no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 e 40, de 1984-CN, referentes aos Decretos-leis nºs 2.108 e 2.110, de 1984, serão incluídos em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subseqüentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, dos Decretos-leis nºs 2.102, 2.103, 2.101 e 2.100, de 1983, sem ter havido deliberação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 31, 32 e 33, de 1984-CN, e a Mensagem nº 50, de 1984-CN, a eles referentes, foram incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre as matérias o Congresso haja se manifestado, os textos dos decretos-leis são considerados aprovados (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*), ficando, em consequência, prejudicados os Projetos de Decreto Legislativo nºs 31, 32 e 33, de 1984-CN.

O Sr. Luiz Henrique — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão, tendo em vista que estamos fazendo a obstrução do Congresso Nacional, para que o Sr. Presidente Moacyr Dalla coloque em votação a emenda Theodoro Mendes, como exige a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Fundamenta-se em texto regimental a questão de ordem levantada por V. Exª

Antes, porém, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1984, que altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para aprovar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

Ata da 247ª Sessão Conjunta, em 4 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João

Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira

— Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enêas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRs. DEPUTADOS**Acre**

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Coller — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Francisco Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Giulio Caruso — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Carado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Jai-

me Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS, Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélho Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcídes Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de Presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 254 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nação brasileira, como jamais aconteceu em toda a História deste País, aguarda uma decisão.

Não há recanto desta Pátria, não há segmento da nossa sociedade, não há categoria profissional da nossa população ativa, não há fiéis dos mais diversos credos políticos, não há, em suma, setor nenhum da sociedade que não esteja com o grito das "Diretas Já" em sua garganta. E não há, em todo o Brasil, outro assunto, outra ques-

tão, outro problema, que leve as pessoas às conversas, nos mais diversos ambientes, que não seja a decisão histórica que haverá de ser adotada por V. Ex^a, Sr. Presidente, no sentido de colocar na Ordem do Dia, para votação, a emenda Theodoro Mendes. Esta emenda, como consta da Ata da sessão do dia 25, não pôde ser apreciada porque a sessão se esgotara. Como a Emenda Theodoro Mendes versa assunto semelhante mas não igual, como ela tinha nuances diversas, quais sejam o caráter majoritário da eleição que prevê e a não fixação da data para votação, bem como a votação em dois turnos, ela passou a figurar nos projetos em tramitação neste Congresso sob o nº 58, aguardando tão-somente a data propícia para sua votação. E o povo brasileiro espera isso, Sr. Presidente. Sabemos que V. Ex^a haverá de agir como magistrado; sabemos que V. Ex^a saberá agir como Presidente da Instituição; sabemos que V. Ex^a saberá agir com a sensibilidade política e o senso jurídico que tem norteador outras decisões de V. Ex^a, nesta Casa.

Sr. Presidente, mais uma vez, e perdoe-nos a iteratividade, mas estamos sendo pressionados pelo povo brasileiro. Onde quer que se vá, nos cobram que falemos com V. Ex^a, que apelamos a V. Ex^a, para que defina aquilo que a Nação deseja.

Sr. Presidente, mais uma vez estamos nesta Tribuna para fazer um apelo a V. Ex^a, mas que o faça logo: que não retarde por mais tempo esta questão, porque, a cada dia que passa, aumenta o grau de dificuldade dessa decisão, cada dia que passa, aumenta a tensão do nosso povo; cada dia que passa, aumenta o anseio popular pela resolução desta causa. Assim, Sr. Presidente, pedimos, se possível na próxima semana, aproveitando o fim de semana para meditação, que V. Ex^a, repito, como magistrado que tem sido, como Presidente dessa Instituição, determine a inclusão na Ordem do Dia, para votação, da Emenda Theodoro Mendes, a fim de que este Congresso, este Parlamento e a classe política que nele tem assento, recupere o prestígio popular que perdeu, conforme revelam as últimas pesquisas de opinião pública.

Sr. Presidente é este o apelo que fazemos a V. Ex^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de comentar estas declarações do Sr. Ministro da Aeronáutica, em termos semelhantes àqueles que S. Ex^a usou. Gostaria, Sr. Presidente, na mesma crueza, na mesma rudeza, na mesma grosseria, de usar o mesmo diapasão para comentar estas 30 linhas, mas não o faço, não porque qualquer forma do sentimento do medo possa contaminar esta tribuna — não acredito nisso — não o faço Sr. Presidente, porque acho que esta Casa merece a homenagem de realizar seu debate político no nível adequado, e que a resposta ao Sr. Ministro de Estado, ainda que na boca deste modesto Deputado, venha vazada na linguagem que se requer para o diálogo político. Não sei quem vestirá as carapuças que S. Ex^a, o Sr. Ministro, joga para o ar. Não sei se S. Ex^a pretende intimidar, e se o faz, perde seu tempo, porque aos covardes não se precisa intimidar, e aos homens públicos que têm consciência da dignidade e da necessária coragem para o exercício da atividade pública, não adianta a tentativa de intimidação. Não sei que espécie de recado, Sr. Presidente, porque não me considero versado, e não tenho condições de identificar os muitos retratos falados que surgem deste texto. Por isso, confesso meu desinteresse, profundo desinteresse, pelo conteúdo, e interesse, sim, pelo objetivo que aqui se dá.

Sr. Presidente, Senador Moacyr Dalla, identifico, sim, a intenção clara de estabelecer uma cadeia na linha do pronunciamento do Ministro do Exército, há poucos dias, e quem sabe, amanhã, pescar nas águas turvas que eles próprios estão turvando.

Percebo também, Sr. Presidente, uma grave, clara e definida confissão de fraqueza: lamentavelmente um Ministro de Estado, que devia ser o porta-voz da Força Aérea, foi não o porta-voz da Força Aérea, não o porta-voz de seus pares, mas foi o porta-voz do sistema político falido que S. Ex^a integra, e se comporta como político fardado que compromete a própria farda, e executa com imperícia solar o seu mister político.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esta confissão de falência que vem assinada por um Ministro de Estado haverá de ter, nesta Casa, o único destino digno desta espécie de linguagem, desta espécie de tentativa pobre de intimidação. Não acredito, Sr. Presidente, que estas folhas sobrevivam a mais do que 24 horas de notícia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Passei novamente algum tempo na Biblioteca para verificar a absoluta falta de identidade, de analogia, de semelhança, entre as emendas Theodoro Mendes e Dante de Oliveira. E posso trazer argumentos que não são meus, são da História do Direito Constitucional Brasileiro. A Emenda Theodoro Mendes reproduz, pela única vez na História Constitucional deste País, a postulação constitucional da constituição Republicana de 1891. A Emenda Dante de Oliveira perfilha as teses consagradas às Constituições de 1934 e especialmente a de 1946. O que as distingue é a tese da maioria absoluta. Mas nem V. Ex^a, Sr. Presidente, nem os Srs. Congressistas ignoram os textos límpidos das Constituições, as disposições claras do Regimento e os ensinamentos dos doutos. Então, poupo a Casa a abordagem de matéria regimental e constitucional e dirijo a V. Ex^a, Sr. Senador Moacyr Dalla, Presidente do Congresso Nacional, um apelo profundo para que V. Ex^a não apenas cumpra o compromisso pessoal que terá assumido, mas a função específica de seu cargo, o dever que, por ser oneroso, lhe dá grandeza na postura com que deve exercer a Presidência do mais alto órgão legislativo deste País, que supere, Ex^a, Presidente, limitações e restrições de natureza familiar ou pessoal, grupais ou partidárias. Faço-lhe um apelo, Senador Moacyr Dalla, Presidente do Congresso Nacional, para que se supere a si mesmo, para que ultrapasse até mesmo a dimensão que formalmente o cargo lhe dá, para que faça com que a toga de que foi investido pelo desejo dos seus pares fique pequena na postura do homem que a entrega.

Queremos a resposta. Nenhuma dificuldade de natureza regimental ou constitucional impede que ela seja dada. O clamor do povo lá fora, reproduzido por vozes majoritárias das Casas do Congresso Nacional, ecoa neste recinto e há de ecoar na consciência de V. Ex^a. É a ela, mais do que a função e ao cargo, que eu dirijo o apelo da resposta, uma resposta à altura da postura que V. Ex^a poderia, eventualmente, jamais cogitar nos vossos sonhos, mas que é a porta gigantesca da História. É uma decisão histórica e as decisões históricas, Sr. Presidente do Congresso Nacional, não comportam limitações nem mesmo aqueles que eventualmente nos imponha até mesmo a nossa própria contingência humana. Nesses instantes históricos, é que a dimensão da função faz crescer o homem, e o homem grande mais dignifica sua função.

É este o apelo que faço ao Presidente do Congresso Nacional, chefe de Poder da República: supere as alegadas dificuldades de ordem regimental e constitucional que não são existentes; encare, não a função deste dia e desta hora, encare a função histórica, que, neste instante, repousa sobre os ombros de V. Ex^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino, na qualidade de Líder do PT.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Como líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Senador Moacyr Dalla, existe uma coisa, uma palavra de ordem, existe uma bandeira que se transformou na verdadeira unidade nacional, que se transformou no verdadeiro clamor nacional que se chama Diretas já para Presidente da República. Mais de 90% da opinião pública brasileira se manifestaram por eleição direta para Presidente da República.

Se estivessemos em qualquer República burguesa, menos democrática que fosse, uma Casa Legislativa jamais poderia voltar-se contra o desejo majoritário da população brasileira porque aí é que esteve a origem dos mandatos parlamentares do Congresso Nacional.

O que estamos assistindo é exatamente uma série de manobras, de gestões, de pressões e contrapressões para que o povo brasileiro não participe, como agente principal, na própria sucessão presidencial.

A sucessão presidencial aparece numa crise muito aguda que envolve notas e mais notas, ameaças e mais ameaças, disputas de grupos econômicos os mais fortes, mas toda essa disputa busca afastar o povo brasileiro do direito de participar, enquanto agente principal desta sucessão presidencial.

A decisão, Senador Moacyr Dalla, de se votar uma emenda simples de "Diretas já", deixou de se transformar num problema meramente regimental, deixou de se transformar num problema meramente de emenda constitucional, para se transformar num grande problema político-nacional, onde as pessoas se dividem, os Partidos se dividem, os políticos se dividem e se posicionam. Exatamente, por estar a favor das eleições diretas para Presidente da República e exigir que esta Casa volte a se pronunciar, uma segunda vez, ser ela vai estar de acordo com o clamor nacional é simplesmente colocar-se numa posição, que, em outras circunstâncias, era muito simples mas, hoje, é muito grande pelo significado que tem a favor da maioria do povo brasileiro.

Os Deputados e Senadores do Congresso Nacional que buscam métodos, instrumentos regimentais e políticos, para forçar, para pressionar, que esta emenda seja colocada na pauta é exatamente porque entendem que isso é uma simples obrigação do nosso mandato Parlamentar. É uma simples obrigação lutarmos de todas as formas e de todas as maneiras para que a Emenda Theodoro Mendes possa ser colocada, novamente, na pauta. Senador Moacyr Dalla, existe hoje, neste País, um político, uma personalidade política que tem nas mãos o poder de colocar-se perante a maioria do povo brasileiro como uma saída, como satisfazendo um desejo, como estando de acordo com a vontade do homem simples do campo, do operário da fábrica, do estudante e da dona-de-casa, que choraram nas praças públicas por "Diretas já". E continuam querendo "Diretas já", e continuam desesperados, desesperançosos porque acham difícil "Diretas já". Nós sabemos que não é tão difícil se enfrentarmos as pressões e contrapressões para que a emenda das "Diretas já" não seja colocada na pauta.

Tenho consciência de que o obstáculo não é só o que existe dentro desta Casa, que o problema não é deste ou daquele Deputado, deste ou daquele Senador. Por isso é necessário enfrentarmos o grupo político e militar do Palácio do Planalto que tenta impedir a colocação da Emenda das "Diretas já" na pauta. Essa é a chave que impede a colocação da Emenda das "Diretas já" na pauta. Esse é o obstáculo maior. O núcleo do poder em crise ainda tem força para resistir e para pressionar para que a emenda não seja novamente votada. E não descarto a possibilidade de utilizar recursos e métodos, como se uti-

lizou na Emenda Danta de Oliveira, como as medidas de emergência e pressões.

Por isso é necessário fazer uma opção, fazer uma escolha, que é a de estar com o povo, com o sentimento majoritário da Nação brasileira e nos colocarmos concretamente por eleições "Diretas já", votando novamente a Emenda das "Diretas já", no caso a Emenda Theodoro Mendes.

Do contrário, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a sucessão presidencial continuará sendo o estopim do agravamento da crise político-institucional. Imaginar que essa sucessão presidencial, com jogos de interesses e a violência das contradições, possa se consumir no Colégio Eleitoral, como esse que conhecemos, peço permissão para dizer que é, no mínimo, uma miopia política.

Contradições que envolvem grandes grupos econômicos, contradições que envolvem interesses políticos poderosos, essas contradições se se confirmarem num Colégio Eleitoral que foi feito como um arena homologatória do regime autoritário de 1964. Essa arena homologatória não resistirá às pressões e às contradições, porque não existe disputa no Colégio Eleitoral. No Colégio Eleitoral já se sabe, de antemão, quem vai ganhar e quem vai perder. E quem vai perder não vai para lá para perder tranquilamente; quem vai ganhar sabe que ganhará de antemão, porque é um jogo de cartas marcadas, é um jogo previamente definido, é um jogo num terreno delimitado.

O que buscamos enfrentar e propor diante da sucessão presidencial é colocá-lo num leito da escolha direta, do voto livre e direto. E não neste círculo que transforma a sucessão presidencial numa sequência de reuniões, de notas, pronunciamentos, encontros, acordos e mais acordos. Isso tudo vai autodestruindo o próprio instrumento de consagração dessa sucessão que se chama Colégio Eleitoral.

Em outras circunstâncias, ele era muito fácil para homologar as sucessões presidenciais. Nós não tivemos uma sucessão presidencial sem crise e essa crise agora é muito mais violenta do que as anteriores. Por isso que esse Colégio Eleitoral não resistirá às pressões e às contradições que se vão encerrar dentro de si.

Por isso que as tentativas e as aventuras de endurecimento político e militar aparecem de vez em quando, de semana em semana, de quinze em quinze dias. Ouso dizer, tentativas e até aventuras, porque podem acontecer. O grande problema é como se sustentar diante de um País em crise e sem unidade capaz de firmar um projeto de desenvolvimento econômico e um projeto político de estabilidade deste regime, que vive uma crise de falência, uma crise de fim. E diante dessas ameaças e possibilidades, se as Oposições se amarrarem, se elas se engalinharem dentro da arena homologatória, que se chama Colégio Eleitoral, elas não terão condições de se contrapor de maneira eficaz às tentativas e possibilidades de endurecimento. Porque a força principal, capaz de neutralizar ou de impedir qualquer tentativa de golpe, é a mobilização de massa. E na medida que se exclui, através da ida ao Colégio Eleitoral, o povo nas ruas, estamos consciente ou inconscientemente preparando ou facilitando o caminho para manobras e aventuras golpistas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a eleição direta para Presidente da República e a votação de uma simples emenda, a Emenda Theodoro Mendes, têm um grande significado nessa conjuntura. Esta emenda é o elo que pode desencadear o processo para um ou para outro sentido. Se enfrentarmos as eleições diretas na perspectiva desta emenda, da mobilização, e da reanimação do movimento de opinião pública por eleições diretas, esse é um caminho que poderá nos dar garantias de sucesso. O caminho da indireta, do Colégio Eleitoral, é o caminho da nossa autodestruição, do nosso auto-enfraquecimento perante as graves, sérias e grandes tarefas e problemas, que estão postos diante do povo brasileiro.

Amanhã é meu objetivo fazer um pronunciamento, tentando mostrar o que representa o malufismo, que não se esgotará no Colégio Eleitoral, mesmo que seja derrotado, porque ele é algo muito mais sério e mais profundo, pelo seu caráter econômico, e pela sua base política. Poderemos enfrentá-lo melhor nesse caminho das diretas, nesse caminho da mobilização, nesse caminho de alertar o povo brasileiro sobre o risco que representa esta alternativa fascista. E não somos nós que vamos resolver esse problema dentro de um Colégio Eleitoral; não somos nós que vamos resolver esse problema através de nota da imprensa; não somos nós que vamos resolver este problema através deste Congresso Nacional. Este problema é tão grande, que só poderá ser resolvido por uma força muito grande, e essa força se chama povo brasileiro decidindo seu próprio destino. E ele poder elege o Presidente da República é um passo, é um momento dele decidir seu próprio destino. Não vamos tirar, não vamos roubar deste povo o direito, hoje, em 1984, ou início de 1985, de decidir politicamente sobre o sucessor do General Figueiredo. É ilusão, é enganação, imaginar que o caminho retilíneo e tranqüilo do Colégio Eleitoral poderá levar sucesso e vitória para o País e para o povo brasileiro. É uma fantasia que talvez custará a esse povo um preço muito alto sobre os dias que vão suceder à instalação do Colégio Eleitoral, e o próximo Presidente que sairá de lá. Nós estamos numa fase crucial, num momento delicado, num momento de virada, num momento de transição. Neste momento, cinco meses valem em política, por cinco anos. Cinco meses em política, às vezes, valem por muitos anos e muita água poderá correr por baixo da ponte da sucessão presidencial. Agora, quem estiver com o povo, ouvindo suas aspirações e suas reclamações, poderá navegar nessa água sem se afogar; agora, quem der as costas ao povo poderá naufragar nas águas tempestuosas dessa crise político-institucional que, nestes cinco meses, poderá se agravar de maneira ainda mais aguda, como está se agravando. Essa luta não pode ficar circunscrita no teatro desta Casa do Congresso Nacional, no teatro das convenções partidárias, no teatro das convenções e das reuniões políticas. Temos de ampliar esse teatro para os milhões e milhões de brasileiros que buscam, mais uma vez, que tentam mais uma vez, reanimar, rearticular, reavivar a mobilização por eleições diretas para Presidente da República.

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nas mãos e na decisão do Senador Moacyr Dalla está uma questão política da maior importância nesta conjuntura. Nós Congressistas esperamos e vamos fazer gestões para que essa decisão esteja de acordo com o sentimento e com a vontade da maioria do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quero aproveitar esta oportunidade para render duas homenagens especiais.

A primeira, à Primeira Igreja Batista da Penha, em São Paulo, situada na Rua Caqueto, 222, mais especificamente, à sua juventude, que no dia 26 de agosto de 1984 apresentou no XV Festival de Música Sacra o **Oratório "A Criação"**.

Quero parabenizar a Primeira Igreja Batista da Penha, o pastor daquela Igreja, sua juventude, seus cantores e músicos, assim como todos os coralistas e seu maestro pela excelente peça. Que Deus abençoe a todos.

Também quero prestar uma homenagem profunda e sincera ao Colégio Ético de Guarulhos, à sua diretoria, professores e funcionários, na pessoa do seu Diretor Presidente Prof. Haroldo Domingos Bertoni, ao diretor pedagógico Prof. Gino Iori, à Coordenadora pedagógica

Profª Marilda Pizarro Garcia, ao Coordenador Administrativo Prof. Davi Ferreira Araújo e a todos os funcionários, pela extraordinária festa de formatura ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, no dia 18 de agosto de 1984.

Parabéns ao progressista colégio e a todo o corpo discente e docente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Com base no art. 131 do Regimento Comum, a respeito de dúvida relacionada à aplicação do art. 58, § 3º, da Constituição.

Na quarta-feira passada, o Deputado Theodoro Mendes entregou, no gabinete de V. Exª, 80 assinaturas adicionais à sua proposta de emenda constitucional, prevenindo a eleição direta em dois escrutínios, com o objetivo exatamente de preencher os requisitos apresentados no art. 58, § 3º, da Constituição, onde menciona que, uma vez completadas as assinaturas de maneira a preencher a maioria absoluta dos membros de uma das Casas, além de preencher a exigência de um terço da outra Casa, pode uma emenda, até mesmo, se tiver sido apresentada, ser novamente colocada na Ordem do Dia na mesma sessão legislativa.

Então, com a entrega de oitenta assinaturas adicionais, eu pergunto se efetivamente V. Exª considerou a entrega do documento e se já providenciou a publicação das oitenta assinaturas adicionais, para que o avulso, então publicado, possa ser feito com a maioria absoluta das assinaturas que, se não me engano, salvo conferência, seria agora de duzentos e quarenta e três: cento e sessenta e três, mais oitenta. Desta maneira, pergunto se, uma vez entregue e publicadas as assinaturas, estão também satisfeitos os pré-requisitos do art. 58, § 3º, da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai responder a questão de ordem de V. Exª.

O art. 58, § 3º, do Regimento, diz respeito à preferência para leitura das mensagens de emenda constitucional, havendo esse *quorum* específico. Como se trata de emenda submetida a estudo, esta Presidência, não vê, segundo a Assessoria da Mesa, necessidade de mandar publicar as demais assinaturas. Mas vou satisfazer o pedido de V. Exª e determinar a publicação dessas formalidades. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, para uma breve comunicação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT — SP. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Vou ler a moção aprovada no III Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo.

**SINDICATO DOS JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

**Moção aprovada no III Congresso Estadual
dos Jornalistas São Paulo**

Ao Congresso Nacional e aos Partidos Políticos:

Considerando que milhões de brasileiros foram às ruas exigindo eleições diretas-já para presidente da República;

Considerando que 62% de deputados apoiaram a emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, configurando uma maioria do Congresso Nacional em favor das eleições diretas-já;

Considerando que foi o artifício antidemocrático dos 2/3 de votos para mudanças na Constituição, baixado pelo general Figueiredo, que impediu a sua aprovação;

Considerando que a vontade de todo um povo de ver implantada a democracia não pode ser desrespeitada, por imposição do regime;

Nós, jornalistas de São Paulo, nos dirigimos à maioria de congressistas que já se posicionou pelas diretas-já no sentido de que, em respeito à democracia e a vontade popular, afirme sua soberania face às regras antidemocráticas do regime. Exigimos que a maioria do Congresso bloqueie a regulamentação do Colégio Eleitoral e coloque na ordem do dia do Congresso a emenda Theodoro Mendes, aprovando e convocando as diretas-já, de acordo com as regras da democracia.

Sr. Presidente, Moacyr Dalla, devo dizer isso para alertar esta Casa que não há dúvida nenhuma quanto à feitura da ata, não há dúvida nenhuma quanto à exaço da Mesa. Seria natural que V. Ex.^a se confundisse depois de 18, 20 horas de trabalho; e é muito natural que o Presidente do Congresso Nacional tenha um assessor gabaritado para lhe dizer quais são os artigos do Regimento que devam balizar sua palavra em cada momento da sessão. Isso é natural. Mas mesmo que V. Ex.^a tivesse dito — se disse — que a matéria estaria vencida ou arquivada ou prejudicada, datíssima vênha, a palavra do Presidente do Congresso por si só não derroga dispositivos constitucionais, não derroga dispositivos regimentais.

Ouço, com muito prazer, o nobre Deputado Darcy Passos.

O Sr. Darcy Passos — Deputado Valmor Giavarina, venho apenas colaborar na análise precisa que V. Ex.^a faz do ponto de vista constitucional, e até histórico, reproduzindo a memorável Sessão do dia 25 de abril. Dou apenas subsídios. Por que terá a Presidência do Congresso Nacional, com a douta Assessoria da Mesa, proclamado prejudicadas as Emendas Daso Coimbra e Fernando Lyra, que eram o objeto dos itens II e III da pauta? Porque tanto o item I, Emenda Dante de Oliveira, quanto os itens II e III, Emendas Daso Coimbra e Fernando Lyra, tinham dispositivo que revogava o parágrafo único, se não me engano, do Art. 148 da Constituição. Revogavam expressamente identicamente, o voto distrital. A Emenda Dante de Oliveira ia além, mas tinha este ponto comum com as duas outras. Ela as abrangia por inteiro. Ela era mais abrangente; as outras menos abrangentes. Rejeitada, ou melhor, não aprovada a Emenda Dante de Oliveira por falta de 22 votos, a mesma matéria, matéria idêntica, tratada no item II, item III das Emendas Daso Coimbra e Fernando Lyra, estava prejudicada porque era a mesma matéria. Já o mesmo não procede quando se examina a outra matéria versada. Eu até concedo que tanto a Emenda Dante de Oliveira quanto a Emenda Theodoro Mendes tratavam de forma análoga o texto do Art. 74 da Constituição, mas divergiam, formal e substancialmente, no tratamento que deva o Art. 75. Hoje, o Art. 75 regula esse Colégio Eleitoral. A Emenda Dante de Oliveira revoga o Art. 75 e só. A Emenda Theodoro Mendes alterava o Art. 75, e aí, há uma diferença de forma, porque uma revoga o artigo e a outra altera o artigo. Contraditórias, não poderiam ser conexas e, conseqüentemente, com o vínculo de prejudicialidade. A Emenda Theodoro Mendes aproveitava o Art. 75, para alterar-lhe a redação e, com isto, voltar a uma tradição perdida, que era a da Constituição de 1891 — a maioria absoluta com dois turnos, mas dois turnos de eleições diretas nos dois escrutínios. Portanto, se S. Ex.^a, o Presidente do Congresso Nacional, naquela sessão que V. Ex.^a expõem e explica muito bem, tivesse, por hipótese, proclamado prejudicada, S. Ex.^a teria cometido um equívoco e, aí, o argumento de V. Ex.^a é irresponsável. O equívoco da Mesa não faria coisa julgada contra o texto expresso da Constituição. Mais ainda o equívoco da Mesa se corrigiria na ata. É tradição do Direito Processual — e V. Ex.^a é um processualista — que os equívocos, o juiz os corrige na própria sentença, independente de recurso ou de petição da parte. A ata retificada, correspondeu à verdade formal e substancial, e venho sustentando, nobre Deputado Valmor Giavarina — e esta é a colaboração que lhe dou — que ainda se tivesse erro formal e substancial da ata, publicada e recorrida, não cabe mais se consumir qualquer segundo do tempo desta Casa.

O SR. VALMOR GIAVARINA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Darcy Passos, que veio enriquecer este pálido pronunciamento que faço nesta noite.

Ilustre Presidente desta Mesa, V. Ex^a teve dúvidas e é natural que as tenha, V. Ex^a, por causa das dúvidas que tinha, consultou o órgão técnico do Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça.

DATA	ASSINATURA	CONTRIBUIÇÃO	
14/01/69	14/01/69	2.000,00	P
15/01/69	15/01/69	2.000,00	P
16/01/69	16/01/69	1.000,00	P
17/01/69	17/01/69	1.000,00	P
18/01/69	18/01/69	1.000,00	P
19/01/69	19/01/69	1.000,00	P
20/01/69	20/01/69	1.000,00	P
21/01/69	21/01/69	1.000,00	P
22/01/69	22/01/69	1.000,00	P
23/01/69	23/01/69	1.000,00	P
24/01/69	24/01/69	1.000,00	P
25/01/69	25/01/69	1.000,00	P
26/01/69	26/01/69	1.000,00	P
27/01/69	27/01/69	1.000,00	P
28/01/69	28/01/69	1.000,00	P
29/01/69	29/01/69	1.000,00	P
30/01/69	30/01/69	1.000,00	P
31/01/69	31/01/69	1.000,00	P

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o tempo destinado ao pequeno expediente.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Valmor Giavarina, como Líder do PMDB.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR.
Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Pre-
sidente, Srs. Congressistas:

Peço vênha a esta Casa para me dirigir especificamente ao ilustre Presidente do Congresso Nacional Senador Moacyr Dalla, porque é S. Ex^a quem tem a responsabilidade, perante à Pátria e perante à História, de tomar uma decisão nas próximas horas ou nos próximos dias.

Uma decisão. Sr. Presidente, que irá projetá-lo como figura máxima desta República, em todos os Anais da nossa História, como o homem que entrou pela porta da frente ou, Sr. Presidente, e eu lamentaria muito, irá fazer com que V. Ex.^a não entre pelo lugar que lhe é reservado a entrar.

Sr. Presidente, muito se tem discutido, nesta Casa e fora dela, a respeito da prejudicialidade da Emenda Theodoro Mendes

V. Ex.^a se lembra, Sr. Presidente, na memorável noite de 25 de abril, já madrugada de 26 de abril, a frustração em que se encontrou esta Casa e a frustração das galerias.

Naquele tumulto, admite-se até que V. Exª tenha se enganado ao dizer que estariam prejudicadas todas as demais matérias, inclusive a Emenda nº 20. A respeito disto, Sr. Presidente Moacyr Dalla, ontem ouvimos as insinuações feitas, nesta Casa, pelo nobre Deputado do Rio de Janeiro Amaral Netto, querendo dizer, com aquilo, que houve a responsabilidade de um companheiro do PMDB, o nobre Senador Henrique Santillo que, por um momento, ou por grande parte da sessão, secretariou a Mesa. Insinuou-se que S. Exª teria adulterado a ata da sessão e que V. Exª teria dito estarem prejudicadas todas as demais matérias, inclusive a proposta de Emenda Constitucional nº 20, do eminente Deputado paulista Theodoro Mendes. Depois se constatou por uma gravação espírita, que apareceu não sei como, que V. Exª realmente teria dito aquilo. A Assessoria da Mesa retificou a ata do dia seguinte, e houve uma nova retificação. E para abonar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, essa

retificação da ata, e para que não paire qualquer dúvida a respeito da exação do nobre Senador Henrique Santillo ou de qualquer Senador que componha essa nobre Mesa, temos o depoimento do Assessor de V. Ex^a, o ilustre Bacharel Nerione Nunes Cardoso, publicado hoje no **Jornal do Brasil**, onde diz o seguinte:

“Entre os funcionários, ele — Dr. Nerione — goza de conceito de ser um dos melhores regimentalistas, pois jamais se embaraça nas pesquisas dos Regimentos da Câmara, do Senado ou do Congresso.”

E continua a matéria:

“O episódio gerado na votação da Emenda Dante de Oliveira e que poderá ou não resultar no arquivamento da Emenda Theodoro Mendes, é a primeira aresta na carreira pública de Nerione.”

E mais adiante

“Foi ele quem escreveu, na madrugada do dia 26 de abril, num pequeno papel, o que o Senador Moacyr Dalla deveria ler. que as emendas de números 6 e 8 estavam naturalmente arquivadas e que a de número 20 (Theodoro Mendes) não pode ser apreciada por falta de tempo. Dalla, contudo, confundiu-se na leitura do manuscrito, dizendo que as três estavam arquivadas.”

“Dalla, contudo, confundiu-se na leitura do manuscrito, dizendo que as três matérias estavam arquivadas.”

Essa matéria se encontra hoje, em todos os jornais.

O Sr. Darcy Passos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VALMOR GIAVARINA — Já ouço V. Ex.^a, com muito prazer. Os jornalistas procuraram o depoimento desse ilustre Assessor da Mesa que, inclusive disse, e tenho aqui entre aspas: “assumo inteira, responsabilidade pelo que fiz”. E o que ele quis dizer com “pelo que fiz”? Retificando a ata do dia seguinte. Foi ele que determinou a retificação da ata e assume a inteira responsabilidade.

Inicialmente, houve um parecer do ilustre Senador Murilo Badaró, que foi contraditado pelo ilustre Senador Hélio Gueiros que, por isso mesmo, apresentou um voto em separado, e a Comissão técnica, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, por unanimidade de votos, vem e diz que a matéria não está prejudicada, vem dirimir toda e qualquer dúvida, deixando V. Ex^a perfeitamente à vontade para escolher dia e hora para autá-la, a fim de que a Nação brasileira possa novamente votada a emenda das "Diretas já".

Estes, Sr. Presidente, não são os maiores argumentos que trago hoje a esta Casa. O maior argumento está na publicação de um documento desta Casa. Este é um documento oficial, Sr. Presidente; este é um documento oficial, Srs. Senadores e Srs. Deputados, é a Ordem do Dia, é o espelho, é o aviso, de todos os dias, de que matérias se encontram na Ordem do Dia. Este que eu tenho em mãos, data do dia 4 de setembro de 1984, data de hoje, mas eu tomei a cautela de colecionar os espelhos de todos os dias úteis, desde o dia 26 de abril até o dia de hoje, e em todos eles nobres Senadores, nobres Deputados, vejam as folhas 58 deste avulso aqui, que traz a data de 4 de setembro de 1984: Congresso Nacional — e quem faz a pauta do Congresso Nacional é a Mesa do Senado. Matérias em tramitação, propostas de emenda à Constituição, na página 58. E encontraremos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no número 56, proposta de Emenda à Constituição nº 20, estabelece que o Presidente da República será eleito em pleito direto pela maioria absoluta dos votos válidos, tendo parecer oral, etc. É a Emenda Theodoro Mendes.

Desde o dia 26, Sr. Presidente, até hoje, 130 dias portanto, é que esta matéria vem figurando no fascículo da Ordem do Dia como matéria em tramitação.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, que ontem nós estranhemos a posição do Deputado Amaral Netto em querer levantar dúvidas a respeito da exação da Mesa e da exação do nobre Senador Henrique Santillo. Não há o que discutir. Falta, unicamente, V. Ex^a dizer: será no dia tal que a matéria será votada. V. Ex^a já tem o *veredictum*, como V. Ex^a disse, ou o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. V. Ex^a tem aqui a aceitação tácita de toda e qualquer prejudicialidade que poderia haver, e não houve recurso a respeito disso. V. Ex^a, nobre Senador Moacyr Dalla, está com a faca e o queijo na mão. Estão querendo, "malufar" a última oportunidade que a Nação tem para poder votar em Presidente da República diretamente, legitimamente, legitimando assim, o poder. Estão querendo, "malufar" isso também, mas V. Ex^a não o permitirá.

Nobre Senador Moacyr Dalla, como fez o seu antecessor, de saudosa memória, Nilo Coelho, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a não decepcionará a Nação brasileira; tenho a certeza de que V. Ex^a saberá sentir a grandiosidade deste momento; tenho a certeza de que V. Ex^a saberá, com toda a sabedoria que Deus lhe deu, saberá decidir como Senador, como Chefe de um Poder, como já se disse aqui, não em favor desta ou daquela facção, mas em favor da Pátria brasileira que clama por homens da grandeza, da envergadura de V. Ex^a, de quem quero continuar orgulhando-me de ser amigo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos, pela ordem.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de *quorum*, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência, nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, 35 e 37, de 1984-CN (6ª sessão); 38 e 40, de 1984-CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

Ata da 248ª Sessão Conjunta, em 4 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 19 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enêas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho —

PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Francisco Stuard — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pratini de Moraes — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Às listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 254 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Esgotou-se ontem, dia 3 do corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias vetadas pelo Senhor Presidente da República:

Projeto de Lei da Câmara nº 15 de 1981 (nº 1.909-B/79, na origem), que acrescenta parágrafo do artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (veto total); e

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1984 (nº 3.555-A/84, na origem), que autoriza a inclusão de recursos

nos orçamentos da União, e dá outras providências (veto parcial).

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, na cidade de Salvador, quando da inauguração das obras que modificaram ou que ampliaram o aeroporto daquela cidade, o Exmº Sr. Ministro Délio Jardim de Mattos pronunciou algumas palavras na ocasião.

Em verdade, Sr. Presidente, não é do nosso hábito discutir ordens do dia de chefes militares. No caso, não se trata de uma ordem do dia, trata-se de um discurso eminentemente político que o Ministro, como Chefe da Aeronáutica, tem direito de fazer. S. Exª diz, num trecho do seu discurso:

“A História não fala bem dos covardes, e muito menos dos traidores.”

Em verdade, em verdade, nenhuma História de povo nenhum pode falar bem dos covardes, e nem também dos traidores. Mas ocorre que, na classificação do que se entende do termo traidores, nesse pequeno discurso, o Sr. Ministro deseja se referir àquelas frações do Partido do Governo, do Partido Democrático Social, que se desligaram, que se afastaram, não como diz S. Exª, em busca de interesses próprios. Não nos parece, Sr. Presidente, que os homens que se desligaram do sistema do poder, por não concordarem com a candidatura escolhida em Convenção pelo Partido Democrático Social, isto é, aqueles que não concordaram com a candidatura do Engenheiro Paulo Salim Maluf não podem, de modo algum, receber a classificação de traidores, porque, politicamente, quando alguém discorda deve ter o direito de expressar essa discordância. Um Partido político não é absolutamente uma organização que impeça aos homens de assumir posições contrárias àquelas que vinham assumindo até então. Esses cidadãos que se desligaram das hostes do Governo o fizeram, a nosso ver, muito mais pela pressão da sociedade brasileira que, como um todo, manifesta-se na sua quase totalidade, contrariamente à candidatura do Engenheiro Paulo Salim Maluf.

Ora, quem se desliga de um Partido político ou de uma força política, muito mais em atenção aos reclamos da sociedade do que aos seus próprios interesses, esse homem, absolutamente, não está fazendo uma traição, ele está se encaminhando para os reclamos, para aquilo que a sociedade, na sua grande maioria, está a exigir. E a prova mais evidente de que essa atitude não pode, absolutamente, ser classificada de uma atitude traidora são as manifestações que têm sido publicadas pela imprensa, nas pesquisas, nas grandes Capitais e mesmo em cidades do interior, onde o desfavor de todo o povo, a respeito da candidatura do Engenheiro Paulo Salim Maluf, é amplamente manifestado, em percentagens de 80% contra 12% ou 14%, em percentagens até de 90% a favor do candidato das Oposições.

Ora, Sr. Presidente, um político, quando se desgarra de uma formação para seguir aquilo que a Nação reclama não está, absolutamente, traindo. Isso no campo político. Mas se, historicamente, examinarmos o problema do ponto de vista até militar, podemos lembrar aqui o exemplo histórico de quando o Marechal Pétain, que foi o grande herói francês da Primeira Guerra, já octogenário, assumiu a chefia das tropas da República Francesa, e assinou o armistício vergonhoso com a Alemanha,

ele o estava fazendo em nome de todos os franceses. Evidentemente, De Gaulle, quando não aceitou a decisão de Pétain, não estava absolutamente traindo a França. Ao contrário, a História provou que a razão estava com o General De Gaulle. Ele suspendeu a bandeira da França pela sua independência.

Quem pode, por exemplo, criticar como traidor partido de oposição, na Inglaterra, quando Sua Majestade declarou guerra aos boers na África do Sul. Esses homens, que não desejavam o massacre daqueles povos da África do Sul, contrariavam a política de guerra do governo de sua Pátria. Nem isso, Sr. Presidente, poderia ser chamado de uma traição, mesmo com o governo inglês tomando como tomou a decisão de fazer a guerra dos boers. A História provou depois que esses homens também estavam com a razão; eles não estavam traindo o povo inglês, ao contrário, eles estavam reafirmando para o mundo, como provou a História, que a libertação dos povos era uma exigência histórica. Todas as colônias foram libertadas, e os boers talvez não estivessem, hoje, na situação em que estão, sob o domínio da chamada África do Sul.

Ora, Sr. Presidente, sempre até admiramos as Ordens do Dia do Ministro Délio Jardim de Mattos, pela inteligência como elas eram formuladas. Podíamos até divergir, mas em verdade essas ordens anteriores tinham pelo menos o gosto literário, a formulação bem feita. Mas esta que quer classificar de traidores os políticos que se desgarram, para assumir uma posição mais de acordo com os interesses da Nação brasileira, a meu ver, Sr. Presidente, é um erro histórico, porque eles estão não traindo sua pátria, não traindo seu povo, mas atendendo aos reclamos gerais da Nação, que querem eleger, direta ou indiretamente, direta de preferência, um homem que tenha o respeito e a confiança do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desde ontem, venho analisando o comportamento psicossomático do Presidente Moacyr Dalla ao presidir nossas reuniões. Tenho visto no seu semblante, na sua manifestação externa daquilo que S. Ex^a sente internamente, uma vontade muito grande de dar vazão à sua consciência jurídica do que à sua decisão, em mandando a Plenário, para votação, a Emenda Theodoro Mendes, está correta, sob o aspecto jurídico. Vejo também na fisionomia de S. Ex^a, que lamentavelmente aqui não se encontra, pois eu gostaria de lhe dizer isso pessoalmente, aqui desta tribuna, vejo, na sua fisionomia, a tristeza da segunda colocação que S. Ex^a fez bem claramente, pela televisão, para o Brasil inteiro, à questão política. Estão pressionando a consciência política e jurídica do Presidente deste Congresso, para que S. Ex^a não traga a Plenário a emenda redentora do momento presente, Theodoro Mendes, que vai dar a este País a oportunidade de escolhermos livremente, popularmente, o novo Presidente da República.

Enxergo que problemas íntimos estão atormentando a consciência cívica do Presidente deste Congresso. E os algozes, os ferozes torturadores de consciências nacionais são homens investidos de poder, não somente de farda mais também de poder. Cilada ou ostensivamente, não para nós, mas para outrem, essas decisões estão sendo tomadas, estão sendo manipuladas por detrás. Temo pelo futuro da vida emotiva do nosso Presidente do Congresso Nacional. S. Ex^a manifesta que está sofrendo terrivelmente, por dentro, as consequências do que se está passando, por detrás, nas manobras de quantos não querem que o sistema seja modificado para uma democracia.

Quando eu me lembro de que o Presidente João Figueiredo jurou um dia, perante a Nação, que haveria de fazer deste País uma democracia, e hoje sendo que seus auxiliares imediatos estão quereendo que o Presidente deste Congresso não permita que este País seja realmente uma democracia pela eleição popular direta, vejo também como uma grande traição ao Presidente da República, da sua vontade.

Portanto, Sr. Presidente, deixo registrado para a Nação, nos Anais deste Congresso, este meu sentimento, defendendo até se necessário fosse a postura do Presidente do Congresso, mas lamentando que sua vontade não vai ser exercida nem hoje, nem amanhã, nem no mês de setembro, porque se quisesse S. Ex^a honrar a função de Presidente deste Congresso, razões suficientes ele tem, políticas e jurídicas, para mandar ao Congresso a Emenda Theodoro Mendes.

Fica aqui o meu mais sentido protesto pelo que estão fazendo com o Presidente deste Congresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Neste momento desejo encampar importante e justa reivindicação de Agentes Administrativos da Delegacia do Ministério da Fazenda em SC, no sentido de obterem a Transposição da Carreira de Agente Administrativo para TAT — Técnico de Atividades Tributárias.

Ocorreu grave injustiça no Plano de Classificação de Cargos, ocasião em que os agentes foram preteridos em seus direitos e aliados da Secretaria da Receita Federal. O quadro da SRF é constituído somente pelo Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF-600).

Sr. Presidente, a maior parte dos atuais ocupantes do cargo de Agente Administrativo é oriunda dos extintos Departamento do Imposto de Renda, Departamento de Rendas Aduaneiras, Departamento de Arrecadação e Departamento de Rendas Internas, e foram admitidos como Tarefeiros, Escriturários, Escrevente Datilógrafo, etc.; uns através de concursos promovidos pelo DASP e outros através de nomeações, então permitidas pela legislação vigente, e pertenciam todos ao sistema incumbido de arrecadar e fiscalizar os tributos federais.

Com o advento do decreto que no ano de 1969 criou a Secretaria da Receita Federal e unificou os órgãos acima citados, transformando-os sob uma única denominação, não foi feita qualquer distinção entre as diversas categorias e os Agentes Administrativos continuaram a pertencer aos quadros do novo órgão, sem qualquer restrição.

Eis que surge o Plano de Classificação de Cargos. Antes de seu advento os Agentes Administrativos estavam incluídos na clientela de Agentes da Receita. Os Agentes da Receita foram — para sua desgraça — classificados, então, como Agentes Administrativos.

Sr. Presidente, o que os agentes pretendem é muito justo, é a volta a uma situação original, primitiva, já que foram terrivelmente prejudicados com o Plano de Classificação de Cargos. É fundamental seu retorno aos quadros da Secretaria da Receita Federal, ou seja, ao Grupo TAF, sem a necessidade de concurso, o que não será beneplácito da administração, mas sim reparação de grave injustiça.

São muitos Agentes Administrativos, Sr. Presidente, na minha terra, especialmente Florianópolis, lotados no Serviço de Patrimônio da União, passando horas difíceis no aguardo desta reparação, esperando a hora da justiça. Faço meus seus justos apelos, dirigindo-me, nesta oportunidade, ao Diretor-Geral do DASP, Ministro José Carlos Freire, no sentido de que a reivindicação justa e procedente seja prontamente atendida, na forma proposta pelo memorial da Associação dos Agentes Adminis-

trativos da Paraíba, já encaminhado às autoridades envolvidas com a matéria, desde o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Ministro da Casa Civil Professor Leitão de Abreu, bem como o próprio Presidente da República, na certeza de que Sua Excelência, o Presidente Figueiredo, antes de deixar o Governo contribuirá para corrigir a flagrante injustiça; estes denodados servidores públicos, que realizam um trabalho importante para a receita pública, são fundamentais para que se mantenha, como deveria ocorrer sempre, a receita do Governo em níveis aceitáveis.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos. (Pausa.)

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Antonio Fayet. (Pausa.)

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente

Gostaria de encaminhar um requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República para informar a que título o Palácio Rio Negro, em Petrópolis, que é próprio da Presidência da República, está sendo habitado por outras pessoas. Sendo o Palácio Rio Negro um próprio da Presidência da República e tradicionalmente considerado o Palácio de Verão do Presidente da República, venho perguntar, Sr. Presidente, neste requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República, a que tipo o atual ocupante reside no referido Palácio? Quais os critérios adotados para autorizar essa ocupação? Quem é o responsável pela autorização?

Esclareço, Sr. Presidente, que a matéria objeto dessas indagações é do conhecimento de todo o povo de Petrópolis, onde se sabe que o Palácio Rio Negro está atualmente sendo ocupado por um membro das Forças Armadas e sua ilustre esposa.

É este o requerimento que eu encaminho, Sr. Presidente, para ser enviado à Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Deputado Sebastião Nery, gostaria de ponderar a V. Ex^a que a norma a respeito de requerimentos de informações é no sentido de que se faça em cada Casa do Congresso Nacional.

O requerimento de V. Ex^a tem inteira procedência, e eu pediria que o encaminhasse, amanhã, na reunião da Câmara dos Deputados porque, salvo melhor juízo, o Requerimento recomenda isto. Assim, pediria a compreensão de V. Ex^a, pois teria o maior prazer em acolher qualquer pedido de V. Ex^a pelas velhas ligações que temos desde a terra onde nascemos.

O SR. SEBASTIÃO NERY — Sr. Presidente, muito obrigado pela informação de V. Ex^a Acato a decisão da Mesa. Amanhã, eu o encaminharei através da sessão da Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos, pela ordem.

O SR. DARCY PASSOS — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V.

Ex^a, dada a evidente falta de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Ex^a Efetivamente, não existe 1/6 dos Srs. Senadores nem 1/6 de Srs. Deputados em plenário.

Antes, porém, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1984, que altera o art. 43 da Constituição Federal em seu inciso II; o art. 65 em seu parágrafo 2º e o art. 66 e seus parágrafos 1º, 4º e 5º, para

permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a proposta do Orçamento Monetário.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4ª edição — 1982)

Leis e Instruções que regularão as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

*Legislação alteradora e correlata.
Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00